

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31.12.2013

1. BALANÇOS PATRIMONIAIS
2. DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
3. DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
4. DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO
LÍQUIDO
5. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
6. DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
7. NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
8. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
9. PARECER DO CONSELHO FISCAL

**BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)**

ATIVO	NOTAS	2013	2012 (Reapresentado (Nota 3.27))	01.01.2012 (Reapresentado (Nota 3.27))
<u>CIRCULANTE</u>				
Caixa e equivalente de caixa	4	84.656	390.677	94.928
Clientes	5	372.341	335.655	370.515
Tributos e contribuições sociais	6	34.063	31.789	28.795
Direito de ressarcimento	8	10.195.291	6.348.222	3.093.464
Estoque	7	141.381	77.318	57.744
Outros	9	152.906	102.208	99.050
		10.980.638	7.285.869	3.744.496
<u>NÃO CIRCULANTE</u>				
Clientes	5	53.619	51.317	-
Tributos e contribuições sociais	6	1.749.861	1.450.703	1.383.426
Cauções e depósitos judiciais	22	270.213	190.062	139.604
Ativo financeiro - concessões de serviço público	11	3.039.230	2.138.126	1.476.138
Outros	9	9.071	9.077	12.876
Investimentos	10	7.678	7.670	7.670
Intangível	12	121.613	629.606	630.370
Imobilizado	13	1.257.715	1.278.105	1.310.156
		6.509.000	5.754.666	4.960.240
TOTAL DO ATIVO		17.489.638	13.040.535	8.704.736

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)
(continuação)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	NOTAS	2013	2012 (Reapresentado (Nota 3.27))	01.01.2012 (Reapresentado (Nota 3.27))
<u>CIRCULANTE</u>				
Fornecedores	15	4.841.004	2.937.920	2.292.595
Obrigação de ressarcimento	8	7.783.701	5.328.423	1.236.077
Financiamentos e empréstimos	16	472.434	270.381	102.072
Arrendamento mercantil	17	181.596	162.929	142.997
Encargos setoriais	18	-	6.352	42.012
Tributos e contribuições sociais	19	63.227	47.250	68.043
Obrigações estimadas	20	48.028	40.130	21.491
Benefício pós emprego		1.022	-	-
Outros	21	848.812	540.103	866.831
		14.239.824	9.333.488	4.772.118
<u>NÃO CIRCULANTE</u>				
Fornecedores	15	599.631	-	48.038
Financiamentos e empréstimos	16	715.349	758.962	452.759
Arrendamento mercantil	17	1.891.628	1.860.104	1.775.544
Obrigações estimadas	20	4.849	-	-
Benefício pós emprego	37.1.2	1.362	11.562	-
Provisões para causas judiciais	22	273.615	298.218	171.141
Obrigação de ressarcimento	8	2.009.423	1.591.287	1.401.167
Adiantamentos para futuro aumento de capital	23	-	277.687	63.919
Concessões a pagar	24	295.259	279.392	300.106
Outros	21	23.890	21.159	35.064
		5.815.006	5.098.371	4.247.738
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)</u>				
Capital social	26	4.610.171	4.330.917	4.330.917
Ajuste de avaliação patrimonial		(2.409)	(13.498)	(1.647)
Prejuízos acumulados		(7.172.954)	(5.708.743)	(4.644.390)
		(2.565.192)	(1.391.324)	(315.120)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)		17.489.638	13.040.535	8.704.736

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

DESCRIÇÃO	NOTAS	2013	2012 (Reapresentado (Nota 3.27))
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	27	2.711.484	2.070.391
CUSTO OPERACIONAL			
Custo com Energia Elétrica	28	(406.444)	(98.100)
Energia elétrica comprada para revenda		(406.444)	(98.100)
Custo de Operação		(1.161.541)	(1.103.753)
Pessoal, material e serviços de terceiros	29	(473.350)	(442.942)
Depreciação e amortização		(143.194)	(127.978)
Utilização de recursos hídricos		(6.363)	(5.593)
Combustível para produção de energia elétrica		(3.751.983)	(3.294.316)
Recuperação de despesas - CCC		3.611.563	3.124.593
Outros	30	(398.214)	(357.517)
Custo de construção		(988.576)	(719.202)
LUCRO BRUTO		154.923	149.336
DESPESAS OPERACIONAIS	31	(850.283)	(575.549)
RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		(695.360)	(426.213)
RESULTADO FINANCEIRO	32	(768.851)	(638.140)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(1.464.211)	(1.064.353)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

DESCRIÇÃO	2013	2012 (Reapresentado (Nota 3.27))
Prejuízo do exercício	<u>(1.464.211)</u>	<u>(1.064.353)</u>
Ganho (Perda) atuarial com benefícios pós emprego	11.089	(11.851)
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(1.453.122)</u></u>	<u><u>(1.076.204)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)**

DESCRIÇÃO	CAPITAL INTEGRALIZADO	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
Em 01 de dezembro de 2012	<u>4.330.917</u>	<u>(1.647)</u>	<u>(4.644.390)</u>	<u>(315.120)</u>
Resultado abrangente - Perda atuarial com benefícios pós-emprego	-	(11.851)	-	(11.851)
Prejuízo do exercício	-	-	(1.064.353)	(1.064.353)
Em 31 de dezembro de 2012	<u>4.330.917</u>	<u>(13.498)</u>	<u>(5.708.743)</u>	<u>(1.391.324)</u>
Resultado abrangente - Perda atuarial com benefícios pós-emprego	-	11.089	-	11.089
Integralização de Capital (Nota 23)	279.254	-	-	279.254
Prejuízo do exercício	-	-	(1.464.211)	(1.464.211)
Em 31 de dezembro de 2013	<u>4.610.171</u>	<u>(2.409)</u>	<u>(7.172.954)</u>	<u>(2.565.192)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)**

DESCRIÇÃO	Notas	2013	2012 (Reapresentado (Nota 3.27))
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Prejuízo do exercício		(1.464.211)	(1.064.353)
Ajustes p/ reconciliar o prejuízo com o caixa gerado pelas operações			
Depreciação e amortização		154.067	133.551
Encargos financeiros	32	95.275	63.300
Variação monetária e cambial líquida	32	(1.308)	(1.084)
Acréscimo moratório sobre energia vendida	32	(66.219)	(37.497)
Atualização monetária do adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	23	1.567	5.428
Atualização monetária da selic		11.810	15.487
Atualização monetária dos depósitos judiciais		(35.335)	(21.439)
Baixa de depósitos judiciais		12.255	16.120
Encargos financeiros do arrendamento financeiro	32	379.771	412.152
AVP - Avaliação atuarial		891	(290)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	31.1	39.427	86.872
Constituição de provisão para causas judiciais	31.2	(22.407)	61.670
Baixa de ativo financeiro concessão	11	66.316	36.771
Baixa de ativo intangível		58.981	-
Baixa de ativo imobilizado	13	3.412	6
Baixa de investimento		2	-
Valor Novo de Reposição - VNR	11	500.198	(6.577)
Reversão de contrato oneroso		15.867	-
Provisão para perda na alienação de bens	31.3	-	24.863
Provisão para perda com prescrição de créditos tributários	31.2	-	35.976
Provisão (reversão) para redução ao valor recuperável de créditos tributários (impairment)	31.3	(92.528)	92.528
Provisão (reversão) para redução ao valor recuperável de ativos (impairment)	31.3	(183.520)	(522)
		(525.689)	(147.038)
Variações no Ativo Circulante			
Clientes		(9.894)	(14.515)
Estoque		(64.063)	(44.437)
Tributos e contribuições sociais		(2.274)	(2.994)
Direito de ressarcimento		(3.847.069)	(3.254.758)
Outros		(49.390)	(2.074)
		(3.972.690)	(3.318.778)
Variações no Ativo Não Circulante			
Clientes		(2.302)	(51.317)
Tributos e contribuições sociais		(206.630)	(195.761)
Outros		6	3.799
		(208.926)	(243.299)
Variações no Passivo Circulante			
Fornecedores		1.903.084	645.325
Obrigação de ressarcimento		2.455.278	4.092.346
Arrendamento mercantil		18.667	19.932
Tributos e contribuições sociais		15.977	(20.793)
Encargos setoriais		(6.352)	(35.660)
Obrigações estimadas		7.898	18.639
Benefício pós emprego		1.022	-
Outros		308.709	(326.728)
		4.704.283	4.393.061
Variações no Passivo Não Circulante			
Fornecedores		599.631	(48.038)
Obrigação de ressarcimento		406.326	174.633
Arrendamento mercantil		(348.247)	(327.592)
Provisões para causas judiciais		(2.196)	65.407
Obrigações estimadas		4.849	-
Obrigações especiais - ativo financeiro concessão		75.791	-
Obrigações especiais - ativo intangível		2.432	4
Outros		2.731	(13.905)
		741.317	(149.443)
Caixa Proveniente das Atividades Operacionais			
Pagamento de encargos financeiros		(93.525)	(42.287)
Depósitos judiciais		(57.071)	(45.139)
		587.699	447.077
CAIXA LÍQUIDO (APLICADO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Aquisição de investimentos em participações societárias		(10)	-
Aquisição de Ativo financeiro - concessão		(956.994)	(688.005)
Aquisição de ativo imobilizado		(47.636)	(40.227)
Aquisição de ativo intangível		(14.920)	(8.452)
Aquisição de ativo intangível - concessão		(30.850)	(76.483)
		(1.050.410)	(813.167)
CAIXA LÍQUIDO APLICADOS NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Recebimento de recursos destinados a aumento de capital		-	208.340
Empréstimos e financiamentos obtidos		329.924	549.454
Pagamentos de empréstimos e financiamentos		(173.234)	(95.955)
		156.690	661.839
CAIXA LÍQUIDO APLICADO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		(306.021)	295.749
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		390.677	94.928
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		84.656	390.677

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)**

DESCRIÇÃO	NOTAS	2013	2012 (Reapresentado (Nota 3.27))
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		3.255.180	2.720.563
Receitas de Vendas de Energia e Serviços	27	3.250.780	2.717.574
Outras Receitas		4.400	2.989
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(2.270.356)	(1.482.457)
Custo da energia elétrica comprada		(406.444)	(98.100)
Serviços de terceiros		(249.808)	(251.664)
Material		(38.837)	(46.835)
Combustíveis p/produção de energia elétrica		(140.420)	(169.723)
Custo de construção		(988.576)	(719.202)
Provisão para perda com prescrição dos créditos tributários	31.2	-	(35.976)
Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos (impairment)	31.3	(110.297)	522
(Provisão) Reversão para redução ao valor recuperável de créditos tributários (impairment)	31.3	92.528	(92.528)
Valor Novo de Reposição - BRR		(500.198)	6.577
Outros		71.696	(75.528)
VALOR ADICIONADO BRUTO		984.824	1.238.106
RETENÇÕES		(354.353)	(329.292)
Depreciação e amortização		(154.067)	(133.551)
Provisões/Reversão de provisões		(200.286)	(195.741)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO		630.471	908.814
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		127.990	73.988
Receitas financeiras	32	127.990	73.988
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		758.461	982.802
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Remuneração do trabalho		296.545	255.618
Governos (Impostos e contribuições)		592.725	596.642
Contribuições Sociais INSS e FGTS		79.545	71.627
ICMS	27	301.315	344.937
ISS	27	291	0
COFINS e PIS/PASEP	27	211.574	180.078
Financiadores		1.307.286	1.072.727
Encargos de dívidas, variação monetária e outros	32	896.841	712.128
Aluguéis		410.445	360.599
Encargos setoriais	27	26.116	122.168
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(1.464.211)	(1.064.353)
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO		758.461	982.802

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Amazonas Distribuidora de Energia S.A. – (“Amazonas Energia” ou “Companhia”) é uma companhia de capital fechado, de direito privado, com atuação no Estado do Amazonas, tendo como atividades principais a geração, distribuição e comercialização de energia elétrica.

A sede da Companhia está localizada na Avenida Sete de Setembro, nº 2.214, Cachoeirinha – Manaus – Amazonas.

A Amazonas Energia tem geração própria (2.203,9 MW) e complementa sua necessidade para atendimento aos consumidores comprando energia de produtores independentes. Com a incorporação da Companhia Energética do Amazonas – (CEAM) pela Amazonas Energia o parque gerador foi acrescido de 97 (noventa e sete) usinas térmicas isoladas próprias e mais 3 (três) usinas supridas por terceiros. A Companhia de Eletricidade do Acre – ELETROACRE supre o município de Guajará. O município de Itacoatiara, apesar de possuir parque térmico próprio, completa sua necessidade comprando energia da Hermasa Navegação da Amazônia S.A. (Autoprodutor) e BK Energia Itacoatiara Ltda.(Produtor Independente). Esse complexo é composto, quase todo, por usinas térmicas a diesel.

A Amazonas Energia com o intuito de manter os serviços de fornecimento de energia elétrica de forma adequada nas usinas do interior, com níveis de continuidade e confiabilidade técnico-operacional satisfatória e em conformidade com as exigências da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, mantém contrato com diversas empresas, alocando grupos geradores operantes nas usinas do interior de forma a evitar racionamento e acarretar prejuízos aos consumidores em geral.

A partir do exercício de 2011, as usinas dos Produtores Independentes – PIES passaram a utilizar o gás natural do contrato de compra e venda de gás natural firmado entre a Companhia e a Companhia de Gás do Amazonas - CIGÁS. Os PIES estão repassando apenas os custos com óleo combustível, visto que as usinas dos PIES mesmo convertidas precisam de uma quantidade mínima de óleo combustível para operação devido à tecnologia utilizada para conversão das usinas para operação bi-combustível. Os gastos com a conversão das usinas dos PIES para operação bicomcombustível estão previstos em cláusula contratual e, neste caso, a Companhia não possui nenhuma obrigação.

A Companhia detém a concessão para geração e distribuição de energia elétrica em todos os municípios do Estado de Amazonas junto a ANEEL, mediante o Contratos de Concessão nº 01/2010 (Geração) e nº 020/2001 (Distribuição)-ANEEL, e três termos aditivos celebrados, respectivamente, em 17 de outubro de 2005, 04 de novembro de 2008 e 08 de junho de 2010, com vigência até 7 de julho de 2015 (Distribuição). Em 19 de junho de 2012, a Companhia protocolou o pedido de renovação da concessão de distribuição junto à ANEEL, objetivando a prorrogação do contrato de concessão, pelo prazo previsto em Lei que venha a disciplinar a matéria. Com a edição da Medida Provisória nº 579 de 11 de setembro de 2012 e o disposto no § 2º do Art. 2º de Decreto nº 7.805 de 14 de setembro de 2012 que regulamenta a Medida Provisória, as Companhias detentoras de Concessões de energia Elétricas, podem solicitar a renovação, mediante atendimento das diretrizes



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

determinadas na mesma. Neste sentido a Companhia, através da CTA-PR 215/2012, de 24 de setembro de 2012 ratificou o seu interesse quanto à prorrogação do seu Contrato de Concessão nº 020/2001, manifestando a concordância integral com os termos exigidos.

A ANEEL aprovou as novas regras para os processos relativos ao 3º Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas (RTP) das tarifas de energia elétrica. A revisão das tarifas acontece em média a cada quatro anos e é o momento em que são reavaliados os custos das distribuidoras, revertendo-se para a modicidade tarifária os ganhos médios de eficiência por elas obtidos. A Companhia passou no exercício de 2013 pelo processo do Terceiro Ciclo de Revisão Tarifária-3RTP (3º Ciclo). Durante esse processo foram revistos todos os custos da concessionária, a Base de Remuneração Regulatória - BRR, o novo patamar de reconhecimento das perdas regulatórias e as novas metas de atendimento aos indicadores de qualidade.

Nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012, apresentadas para fins de comparação, o Ajuste ao Valor Novo de Reposição – VNR como valor dos ativos vinculados à concessão remanescentes ao final da concessão, ou seja, não ainda depreciados e sujeitos à indenização do Poder Concedente (ativo financeiro) apresentou o valor de R\$ 6.577. Em 2013, em função dos resultados do 3º Ciclo de Revisão Tarifária (conforme Nota Explicativa nº 41), no que tange a definição do valor total da Base Remuneração Regulatória – BRR e no aprimoramento da interpretação dos termos da Lei 12.783/2013, a Companhia decidiu pela baixa do ajuste à VNR sobre o ativo financeiro, no valor de R\$ (493.621).

Adicionalmente, a BRR foi utilizada na bifurcação dos ativos relacionados à infraestrutura, como base para determinar o valor dos ativos financeiro e intangível das concessões de distribuição de energia elétrica. Vale ressaltar que a BRR também foi utilizada na bifurcação dos ativos de geração da Companhia.

Está previsto para ocorrer em 2014, a desverticalização da Companhia. Neste estudo está sendo considerada a transferência das atividades de geração para uma nova sociedade a ser criada no âmbito do Sistema Eletrobras. (vide nota 40).

(*) Informação não auditada

NOTA 1.1 – CONTINUIDADE OPERACIONAL DA COMPANHIA

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia tem apurado prejuízos repetitivos em suas operações e apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício no montante de R\$ 3.259.186, prejuízo acumulado no montante de R\$ 7.172.954 e passivo a descoberto no montante de R\$ 2.565.192 necessitando assim de recursos de longo prazo para fazer frente à sua dívida de curto prazo. A administração adotou medidas visando o equilíbrio econômico-financeiro e a redução de seu endividamento. A Companhia vem envidando esforços no sentido de melhorar a eficiência no fornecimento de energia elétrica com a criação de grupo de trabalho. A Companhia efetuou diversos contratos de empréstimos para cobertura de déficit operacional com a holding Eletrobras, e espera para o próximo exercício melhorar o fluxo de caixa de suas operações. Adicionalmente, as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da Companhia, de acordo



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

com o CPC 21 (R1) em seus itens 25 e 26. A insuficiência de capital de giro é suportada pelo acionista controlador mediante ingresso de recursos destinados a aumento de capital.

**NOTA 2 – CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA
ELÉTRICA**

A Companhia detém as seguintes concessões e autorizações junto ao Órgão Regulador do Serviço Público de Energia Elétrica:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Concessões Autorizações	Ato autorizativo	Vencimento	Capacidade Instalada (MW) (*)	Capacidade Utilizada (MW) (*)
UHE Balbina (Rio Uatumã)	Portaria do MME nº. 371, datada de 28.12.2007, prorrogada por vinte anos a concessão, a partir de 1º de março de 2007	01.03.2027	277,5	250,0
Bloco 1	A Resolução Autorizativa ANEEL nº 4.244, de 16 de julho de 2013, estabelece que as outorgas de autorização da UTE Mauá e da UTE Aparecida vigorarão pelo prazo de 30 (trinta) anos, a contar da data de publicação da Portaria nº 156, de 06 de julho de 1990.		161,5	120,0
UTE Aparecida	Bloco 2	06.07.2020	121,0	80,0
Bloco 1	A Resolução Autorizativa ANEEL nº 4.244, de 16 de julho de 2013, estabelece que as outorgas de autorização da UTE Mauá e da UTE Aparecida vigorarão pelo prazo de 30 (trinta) anos, a contar da data de publicação da Portaria nº 156, de 06 de julho de 1990.		149,5	132,0
Bloco 2 - Desativado			0,0	0,0
Bloco 3			110,0	110,0
UTE Mauá	Bloco 4	06.07.2020	171,5	157,5
Bloco 5			93,0	77,6
Bloco 6			166,1	153,4
Bloco 7			48,0	38,4
UTE Electron	A Resolução Autorizativa ANEEL nº 4.244, de 16 de julho de 2013, transferiu a outorga da UTE Electron da Eletronorte para a Amazonas Distribuidora de Energia S/A	06.07.2020	121,1	60,0
Reagrupamento com 61 municípios para distribuir Energia Elétrica e respectivas instalações de transmissão de âmbito próprio.	Resolução ANEEL n.º 048, de 02.02.2001, art. 22 da Lei 9.074, de 07.07.1995. Portaria n.º 35, de 20.02.2001 MME Res. Autorizativa ANEEL n.º 1.304, de 18.03.2008, em seu art. 1. anuí à incorporação da CEAM pela MESA, com transferência das concessões de geração e distribuição e versão dos ativos e passivos. Ofício nº 1.573 - SCG/ANEEL, de 01.12.2011	07.07.2015	439,0	344,0
Distribuição Município de Manaus	Resolução ANEEL n.º 283, de 26.07.2000, e Resolução ANEEL n.º 53, de 08.02.2001, Contrato de Concessão n.º 20/2001 ANEEL, de 21.03.2001, e os seus Aditivos, Portaria n.º 34 MME, de 20.02.2001, art. 22, § 2º da Lei n.º 9.074, de 07.07.95.	07.07.2015	-	-
UTE FLORES	Despacho ANEEL nº 3.209, de 25.08.2009, autoriza a Manaus Energia a alterar a capacidade instalada da UTE Flores	07.07.2015	124,7	94,6
UTE Cidade Nova	Despacho ANEEL nº 1.596, de 07.06.2010, autoriza a Amazonas Energia a alterar em caráter excepcional as características técnicas da UTE	07.07.2015	29,7	22,8
UTE Iranduba **	Despacho ANEEL nº 1.596, de 07.06.2010, autoriza a Amazonas Energia a alterar em caráter excepcional as características técnicas da UTE	07.07.2015	66,6	54,7
UTE Distrito **	Despacho ANEEL nº 1.596, de 07.06.2010, autoriza a Amazonas Energia a alterar em caráter excepcional as características técnicas da UTE	07.07.2015	51,3	42,8
UTE São José	Despacho ANEEL nº 1.596, de 07.06.2010, autoriza a Amazonas Energia a alterar em caráter excepcional as características técnicas da UTE	07.07.2015	73,4	60,9
Total			2.203,9	1.798,7

(*) Informações não auditadas. Neste quadro não está computado o valor de 120MW de capacidade instalada a UTE Electron, pois a concessão da mesma pertence à Eletronorte.

(**) Utilização de parte da outorga da UTE Mauá



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

A Amazonas Energia detém a concessão, com vencimentos em 07 de julho de 2015 e 01 de março de 2027, respectivamente, para distribuição e geração de energia elétrica no Estado do Amazonas, atendendo a 100% dos consumidores da sua área de concessão. A Companhia não atende consumidores livres no Estado, por atuar num sistema isolado.

No quadro a seguir está demonstrado o resumo da quantidade de municípios atendidos, bem como as datas de vigência do contrato de concessão:

Nº de Municípios Atendidos	Localidade da Sede	Data da Concessão	Vencimento da Concessão
01 - Município de Manaus/Amazonas	Manaus	21.03.2001	07.07.2015
61 - municípios reagrupados para distribuição de energia elétrica/Amazonas	Manaus	11.04.2008	07.07.2015

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração da Companhia em 26 de março de 2014.

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com as disposições da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº. 6.404/1976 e suas alterações posteriores, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), os quais estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e o valor justo, quando aplicável. As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas abaixo:

3.1 Caixa e Equivalente de Caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo (Nota 4).

3.2 Clientes

Corresponde ao fornecimento de energia elétrica faturado e não faturado, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência (Nota 5).



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

3.2.1 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

A PCLD é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias. Considera, também, uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros. As análises da PCLD dos contratos de parcelamentos são feitas individualmente, sendo o valor negociado excluído da provisão após o pagamento da terceira parcela (Nota 5.c).

3.3 Estoque

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração da Companhia (Nota 7).

3.4 Investimentos

Os investimentos que não se destinam ao objetivo da concessão estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável (Nota 10).

3.5 Ativo Financeiro – Concessões de Serviço Público

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão (Nota 11).

Parte da infraestrutura referente ao segmento de distribuição de energia, não aplicável à geração, classificada como ativo financeiro sendo remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa de energia dos consumidores.

3.6 Imobilizado

É avaliado ao custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável (Nota 13).

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, calculada pelo método linear, de acordo com as taxas fixadas pela ANEEL, que representam uma base razoável de vida útil dos respectivos bens.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Em função da adoção pela Companhia dos Pronunciamentos Técnicos ICPC 01 (R1)- Contratos de Concessão e o OCPC 05 – Contratos de Concessão, os valores registrados como ativo imobilizado correspondem a todos os bens que não são utilizados na atividade fim da Companhia, incluindo-se também neste grupo as operações com arrendamento mercantil. Demais ativos vinculados a concessão, foram reclassificados como Ativos Financeiros Indenizáveis (Concessão) e Intangíveis.

3.7 Intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nºs 644, de 02 de dezembro de 2010, 677, de 13 de dezembro de 2011 e 654, de 28 de dezembro de 2010, que aprovam respectivamente o CPC 04 (R1) – Ativos Intangíveis, o ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e o OCPC 05 – Contratos de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável (Nota 12).

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível é apropriada de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão, pelo método linear.

3.8 Provisão para Redução ao Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para redução de ativo não financeiro, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o valor em uso.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto que reflita o custo médio ponderado de capital para o setor em que opera a unidade geradora de caixa (Nota 14).

3.9 Arrendamento Mercantil

Conforme orientações do Pronunciamento CPC 06 (R1) – Operações de Arrendamento Mercantil e da Interpretação Técnica ICPC 03- Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil, devem ser registrados no Ativo Imobilizado os direitos que a



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Companhia detenha sobre bens corpóreos destinados à manutenção de suas atividades, decorrentes de arrendamento mercantil financeiro que transfiram ao arrendatário os benefícios, riscos e controle sobre os bens. No início do arrendamento financeiro, estes bens são capitalizados pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Os arrendamentos financeiros são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo, no momento da aquisição, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte no passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em outros passivos a longo prazo.

Os juros e outras despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamento mercantil financeiro (a) está classificado no Ativo Não Circulante sendo amortizado durante a sua vida útil (Nota 17).

3.10 Cauções e Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais são aqueles que se promovem em juízo, em conta bancária vinculada a processo judicial, sendo realizado em moeda corrente com o intuito de garantir a liquidação de potencial futura obrigação. São avaliados de acordo com o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e estão apresentados segundo o CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (Nota 22).

a) Avaliação: atendem a definição de ativo financeiro (direito contratual de receber caixa), são classificados na categoria empréstimos e recebíveis e mensurados pelo custo amortizado, isto é, atualizados monetariamente, segundo remuneração da Caixa Econômica Federal (TR, SELIC, etc.)

b) Apresentação: os depósitos judiciais decorrentes de processos tributários, efetuados pelo valor integral da obrigação/contingência, tornam a exigibilidade do crédito tributário suspensa. Nessas circunstâncias, esses depósitos são apresentados reduzindo o valor do passivo correspondente, e os valores atualizados são abertos em nota explicativa. Para os demais tipos processuais de depósitos, são analisadas as peculiaridades de cada caso para eventual apresentação líquida.

3.11 Financiamentos e Empréstimos

São instrumentos financeiros mantidos até o vencimento, registrados pelo valor líquido dos custos incorridos nas transações e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ou seja, custo inicial, acrescido das variações monetárias ou cambiais e dos juros incorridos até a data do balanço patrimonial, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos (Nota 16).



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

3.12 Outros Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes

Um ativo é reconhecido quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário são demonstrados como não circulantes.

3.13 Ajuste a Valor Presente de Ativos e Passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

3.14 Receitas e Despesas Financeiras

Compostas principalmente por juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos concedidos e operações com instrumentos financeiros (Nota 32).

3.15 Provisões para Causas Judiciais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Dessa forma, o valor constituído como provisão é a melhor estimativa de liquidação de uma provável obrigação na data das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e incertezas relacionadas (Nota 22).

O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como, prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

3.16 Conversão de Saldos Denominados em Moeda Estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (R\$ - Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

3.17 Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros (Nota 33).

a) Ativos financeiros

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e ativo financeiro – concessões de serviço público. São classificados como empréstimos e recebíveis, valor justo por meio do resultado e ativos disponíveis para venda, pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

b) Passivos financeiros

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, arrendamento mercantil a pagar e empréstimos. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

3.18 Reconhecimento de Receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

a) Receita não faturada



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor.

b) Receita de construção

A Instrução do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01 (R1) estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (R1) – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 (R1) – Receitas (serviços de operação fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que:

- (i) A atividade fim da Companhia é a geração e distribuição de energia elétrica;
- (ii) Toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a geração e distribuição de energia elétrica.
- (iii) A Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas.

Mensalmente, o valor da totalidade das adições efetuadas no ativo intangível em curso é considerado também, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

c) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (impairment) é identificada e aplicável a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

A receita financeira decorrente da remuneração do investimento do ativo financeiro indenizável da concessão é obtida pela aplicação do percentual do denominado WACC regulatório sobre o total do faturamento de energia, reconhecida como receita operacional, em linha com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - OCPC 05.

3.19 Benefício Pós - Emprego



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

A Companhia adota os procedimentos recomendados pela Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº. 600, realizando anualmente a avaliação atuarial independente dos passivos decorrentes dos benefícios pós-emprego. Os critérios e hipóteses adotadas nessa avaliação independente foram realizados pela empresa Gama Consultores Associados a qual segue os padrões recomendados pela CVM e pelo Instituto Brasileiro dos Auditores Independentes – IBRACON (Nota 37).

O programa de benefícios previdenciários a seus empregados é mantido sob administração da Fundação de Previdência Complementar - PREVINORTE, que é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC, sem fins lucrativos, instituída pela Eletronorte. A Amazonas Energia é co-patrocinadora da mesma.

Os ganhos e perdas gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais com os planos de benefícios são reconhecidos como Outros Resultados Abrangentes.

3.20 Plano de Incentivo ao Desligamento (PID)

No exercício de 2013, a Companhia lançou o PID, cujo objetivo é a redução de despesas de pessoal, planejado de modo a preservar a competência técnica construída dentro das empresas, de modo a evitar a descontinuidade das atividades. O período de adesão foi de 10/06 a 10/07/2013, com 150 adesões. A estimativa de custo do programa teve como base as seguintes premissas:

- a) Custo com rescisão do empregado: Remuneração (salário base + verbas fixas e média de verbas variáveis);
- b) Férias;
- c) 13º salário e Encargos;
- d) Parcela de Incentivo
- e) Multa de 40 % FGTS; e
- f) Pós-emprego – Plano de Proteção e Recuperação de Saúde (PPRS) por cinco anos

3.21 Tributação

A tributação sobre o lucro compreende o Imposto de Renda – IR e a Contribuição Social Sobre o Lucro – CSSL. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240.000 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

3.22 Apuração do Resultado do Exercício

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência dos exercícios.

3.23 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

A Lei nº. 9.991, de 24/07/2000, determina que as empresas distribuidoras do setor elétrico apliquem, anualmente, o montante mínimo de 1% da sua Receita Operacional Líquida – ROL, sendo 0,5% em programas de Pesquisa e Desenvolvimento, 0,5% em programas de Eficiência Energética (Nota 21.b).

3.24 Compromissos com o Meio Ambiente

A capitalização de gastos referentes a demandas ambientais está consubstanciada nas premissas e critérios definidos pela administração, nos termos do CPC – 25 (Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes), em atendimento às exigências dos Órgãos Públicos competentes para concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos.

Na hipótese dos gastos decorrerem de questões ambientais, sem, no entanto, estarem relacionados a projetos de investimentos, o gasto é apropriado ao resultado como despesa operacional.

O reconhecimento das obrigações assumidas obedece ao regime de competência, a partir do momento em que haja a formalização do compromisso, e são quitadas em conformidade com os prazos avençados entre as partes.

3.25 Conta de Consumo de Combustível - CCC

Esta Subvenção tem por objetivo cobrir parte dos elevados custos de geração de energia elétrica nos sistemas isolados, cujos recursos são provenientes da CCC. Corresponde a uma receita de subvenção recebida referente a parte dos custos de geração pago por conta da CCC (Nota 8).

3.26 Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, e, portanto, consideradas críticas, são discutidas a seguir:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor em uso e o saldo contábil. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento até o final do prazo de concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributários. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas em bases anuais.

c) Ativo financeiro - concessões de serviço público

A Administração da Companhia, com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão, as quais fornecem orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, estimou o ativo financeiro indenizável oriundo da concessão, considerando os investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão, sendo tais montantes classificados como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. A parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual contábil) classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

Para fins de determinação do valor a ser ressarcido, foi adotada a premissa de que o valor residual contábil dos bens serão reembolsados pelo critério do Valor Novo de Reposição - VNR.

d) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

A PCLD é constituída com base nos valores a receber dos consumidores e considerando, também, uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros. As análises da PCLD dos contratos de parcelamentos são feitas individualmente, sendo o valor negociado excluído da provisão após o pagamento da terceira parcela.

e) Recuperabilidade dos Impostos a Recuperar

A Companhia, anualmente, realiza o estudo dos créditos tributários, a fim de saber se os créditos constantes no seu Ativo serão recuperados. Esse estudo é realizado através de Nota Técnica, utilizando as mesmas premissas (no que é cabível) da avaliação do teste de recuperabilidade do Ativo Imobilizado (Impairment).

f) Vida útil dos bens e taxas de depreciação utilizadas

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Resolução Normativa nº 367, de 2 de junho de 2009. As taxas anuais estão determinadas na tabela anexa a Resolução ANEEL nº. 474, de 07 de fevereiro de 2012.

g) Obrigações Atuariais

A Companhia adota os procedimentos recomendados pela Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM nº. 600, realizando anualmente a avaliação atuarial independente dos passivos decorrentes dos benefícios pós-emprego. Os critérios e hipóteses adotadas nessa avaliação independente são realizados pela empresa Gama Consultores Associados, a qual segue os padrões recomendados pela CVM e pelo Instituto Brasileiro dos Auditores Independentes - IBRACON.

h) Contrato de Concessão Oneroso

A Companhia registra em seu Passivo, como obrigações com contrato de concessão, o excedente do teste de recuperabilidade aplicado nos ativos do grupo Intangível da atividade de Distribuição.

3.27 Reclassificação das Cifras Comparativas

Em 2013, a Companhia realizou ajustes nos saldos comparativos (2012), relacionado à retificação de erros, e os saldos de abertura assim como as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas, conforme descrito abaixo:

- a) Cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) - A referida correção reduziu o Ativo Não Circulante (Ativo Financeiro – concessões de serviço público) e aumentou o Passivo a Descoberto no valor de R\$ 164.606;
- b) Encargos financeiros da CIGÁS - A referida correção aumentou o Passivo Circulante (Fornecedores) e Passivo a Descoberto no valor de R\$ 9.879.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

- c) Encargos financeiros da Petrobras - A referida correção diminuiu o Passivo Circulante (Fornecedores) e Passivo a Descoberto no valor de R\$ 27.900.
- d) Encargos financeiros dos Produtores Independentes - A referida correção aumentou o Passivo Circulante (Outros Passivos) e Passivo a Descoberto no valor de R\$ 37.609 e o saldo de abertura em 01 de janeiro de 2012 no valor de R\$ 27.384.
- e) Estorno de baixas no Ativo Intangível da Concessão - A referida correção aumentou o Ativo Intangível e diminuiu o Passivo a Descoberto no valor de R\$ 5.841.
- f) Multas ANEEL - A referida correção aumentou o Passivo Não Circulante (Provisão para Causas Judiciais) e Passivo a Descoberto no valor de R\$ 57.568.
- g) Conforme o que preconiza o item 32, do CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, a entidade não deve compensar ativos e passivos ou receitas e despesas, a menos que a compensação seja exigida ou permitida por um Pronunciamento Técnico, Interpretação ou Orientação do CPC. A Companhia fez o encontro de contas, no exercício de 2011 da rubrica Reembolso sobre Combustíveis, no montante de R\$ 176.129, decorrente da Resolução Normativa da ANEEL nº. 347, de 06 de janeiro de 2009, a qual estabeleceu que o valor do reembolso da CCC seria efetuado pela diferença de preço entre o valor da compra do óleo e o preço praticado pela Agência Nacional do Petróleo (ANP). A partir da data de publicação desta Resolução, os Produtores Independentes de Energia (PIE) passaram a faturar a diferença do preço do combustível para a Companhia. A referida correção afetou o ativo e passivo circulante no valor supracitado e os saldos de abertura em 01 de janeiro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados em relação à correção de erro mencionada e estão sendo reapresentados.
- h) Amortização do ativo intangível concessão - No valor de (R\$ 782), e estorno do rateio da administração central, no valor de R\$ 41. O referido ajuste afetou o ativo, passivo a descoberto no valor líquido de R\$ 741 e os saldos de abertura em 01 de janeiro de 2012, apresentadas para fins de comparação, foram ajustados em relação à correção de erro mencionado e estão sendo reapresentados.

No exercício de 2013 foram reclassificadas rubricas entre grupos, para fins de uma melhor apresentação, conforme descrição abaixo:

- a) Reclassificação de R\$ 51.317 da rubrica de Clientes do Ativo Circulante para o Ativo Não Circulante.
 - b) Reclassificação de R\$ 1.294 da rubrica de Clientes (PCLD) para a rubrica de Outros, ambas no Ativo Circulante.
 - c) Reclassificação de R\$ 5 da rubrica de Partes Relacionadas para a rubrica de Outros, ambas no Ativo Não Circulante.
 - d) Reclassificação, no Passivo Circulante, da rubrica de Parcelamento Petrobras de Outros para Fornecedores, no valor de R\$ 52.159.
-



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

- e) Reclassificação, no Passivo Circulante, da rubrica de Folha de Pagamento de Outros Passivos para Obrigações Estimadas, no valor de R\$ 17.098.
- f) Reclassificação, no Passivo Circulante, da rubrica de Fornecedores – Produtores Independentes para Outros (Passivo Circulante), no valor de R\$ 380.378.
- g) Reclassificação, na DRE, da rubrica de Ganho (perda) - Lei 12.783/13, no valor de R\$ 6.577 para a rubrica de Despesas Operacionais.

Os efeitos dos ajustes e reclassificações no exercício de 2012 estão demonstrados a seguir:

Balanco Patrimonial:

	31.12.2012				01.01.2012		
	Originalmente Apresentado	Ajustes	Reclassificações	Reapresentado	Originalmente Apresentado	Ajustes	Reapresentado
Ativo							
Circulante	7.337.186	-	(51.317)	7.285.869	3.568.367	176.129	3.744.496
Não circulante	5.862.114	(158.765)	51.317	5.754.666	4.960.981	(741)	4.960.240
	<u>13.199.300</u>	<u>(158.765)</u>	<u>-</u>	<u>13.040.535</u>	<u>8.529.348</u>	<u>175.388</u>	<u>8.704.736</u>

	31.12.2012				01.01.2012		
	Originalmente Apresentado	Ajustes	Reclassificações	Reapresentado	Originalmente Apresentado	Ajustes	Reapresentado
Passivo e patrimônio líquido							
Circulante	9.286.516	46.972	-	9.333.488	4.568.605	203.513	4.772.118
Não circulante	5.040.803	57.568	-	5.098.371	4.247.738	-	4.247.738
Passivo a Descoberto	(1.128.019)	(263.305)	-	(1.391.324)	(286.995)	(28.125)	(315.120)
	<u>13.199.300</u>	<u>(158.765)</u>	<u>-</u>	<u>13.040.535</u>	<u>8.529.348</u>	<u>175.388</u>	<u>8.704.736</u>

Demonstração do Resultado do Exercício:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

DESCRIÇÃO	31.12.2012 Originalmente Apresentado	Ajustes	Reclassificações	31.12.2012 Reapresentado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.070.391			2.070.391
CUSTO OPERACIONAL				
Custo com Energia Elétrica	(98.100)	-		(98.100)
Custo de Operação	(1.109.594)	5.841		(1.103.753)
Custo de construção	(719.202)			(719.202)
LUCRO BRUTO	143.495	5.841		149.336
DESPESAS OPERACIONAIS	(524.558)	(57.568)	6.577	(575.549)
RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(381.063)	(51.727)		(426.213)
RESULTADO FINANCEIRO	(618.552)	(19.588)		(638.140)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA LEI 12.783/13	(999.615)	(71.315)		(1.064.353)
Ganho (perda) - Lei 12.783/13	171.183	(164.606)	(6.577)	-
RESULTADO OPERACIONAL APÓS A LEI 12.783/13	(828.432)	(235.921)		(1.064.353)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(828.432)	(235.921)		(1.064.353)



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Demonstração do Fluxo de Caixa:

	2012		Reclassificações	2012
	Originalmente	Ajuste		Reapresentado
	Apresentado			
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(240.928)	-	688.005	447.077
Caixa líquido aplicado nas atividades investimentos	(125.162)	-	(688.005)	(813.167)
Caixa líquido aplicado nas atividades financiamentos	661.839	-	-	661.839
Aumento no caixa e equivalente de caixa	<u>295.749</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>295.749</u>

A reclassificação de R\$ 688.005 refere-se à aquisição de ativo financeiro – concessão, que originalmente estava apresentada como atividade operacional e na reapresentação foi reclassificado para atividade de investimento

Demonstração do Valor Adicionado:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

DESCRIÇÃO	2012		2012 Reapresentado
	Originalmente Apresentado	Ajuste	
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2.720.563	-	2.720.563
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(1.260.283)	(222.174)	(1.482.457)
VALOR ADICIONADO BRUTO	1.460.280	(222.174)	1.238.106
RETENÇÕES	(335.133)	5.841	(329.292)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	1.125.147	(216.333)	908.814
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	73.988	-	73.988
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	1.199.135	(216.333)	982.802
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Remuneração do trabalho	255.618		255.618
Governos (Impostos e contribuições)	596.642	-	596.642
Financiadores	1.053.139	19.588	1.072.727
Encargos setoriais	122.168		122.168
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(828.432)	(235.921)	(1.064.353)
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	1.199.135	(216.333)	982.802

3.28 Novos Pronunciamentos Contábeis

3.28.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2013

Alguns pronunciamentos técnicos e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") foram revisados e tiveram a sua adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2013. Dada a natureza das modificações que foram realizadas e as operações da Companhia, a adoção desses pronunciamentos e interpretações mencionados abaixo não produziram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia:

CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto ("CPC 18") - a revisão do CPC 18 contempla substancialmente as alterações introduzidas no texto do IAS 28 - Investments in Associates, emitido pelo IASB - International Accounting Standards Board. O objetivo desse pronunciamento é prescrever a contabilização de investimentos em coligadas e em controladas e definir os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures).



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

CPC 45 - Divulgações de Participações em Outras Entidades ("CPC 45") - o CPC 45 contempla substancialmente a convergência com o texto do IFRS 12 - Disclosure of Interests in Other Entities, emitido pelo IASB - International Accounting Standards Board. O objetivo desse pronunciamento é orientar a entidade quanto à forma de divulgação de informações sobre sua participação em outras entidades. Dessa forma, permite-se aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem os riscos inerentes a essas participações e seus efeitos sobre sua a posição patrimonial e financeira, o seu desempenho financeiro e seus respectivos fluxos de caixa.

CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas ("CPC 36") - a revisão do CPC 36 contempla substancialmente as alterações introduzidas no texto do IAS 27 - Consolidated and Separate Financial Statements, que resultou na edição pelo IASB - Internacional Accounting Standards Board do IFRS 10 - Consolidated Financial Statements. O objetivo desse pronunciamento é estabelecer princípios para apresentação e elaboração de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais outras entidades.

CPC 46 - Mensuração do Valor Justo ("CPC 46") - o CPC 46 contempla substancialmente a convergência com o texto do IFRS 13 - Fair Value Measurement, emitido pelo IASB - International Accounting Standards Board. O objetivo desse pronunciamento é: (i) definir valor justo; (ii) estabelecer em um único pronunciamento uma estrutura para a mensuração do valor justo; e (iii) estabelecer divulgações sobre mensurações do valor justo.

CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados ("CPC 33") - a revisão do CPC 33 contempla substancialmente as alterações introduzidas no texto do IAS 19 - Employee Benefits, emitido pelo IASB - International Accounting Standards Board. O objetivo desse pronunciamento é estabelecer a contabilização e a divulgação dos benefícios concedidos aos empregados. Para tanto, o pronunciamento requer que a entidade reconheça: (a) um passivo quando o empregado prestou o serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro; e (b) uma despesa quando a entidade se utiliza do benefício econômico proveniente do serviço recebido do empregado em troca de benefícios a esse empregado.

3.28.2 Pronunciamentos técnicos emitidos pelo IASB que ainda não entraram em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), mas não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

O International Accounting Standards Board - IASB emitiu os seguintes pronunciamentos contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita para os próximos exercícios sociais:

Adoção a partir de 01.01.2014

IFRIC 21 - Taxas - A interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014.

IAS 32 – Compensação de Ativos e Passivos Financeiros – as modificações do pronunciamento esclarecem questões de adoção existentes com relação às exigências de compensação de ativos e passivos financeiros. Exigem que as entidades divulguem as informações acerca dos direitos de compensação e acordos relacionados para os instrumentos financeiros sujeitos à compensação. Estas revisões não deverão ter um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações do Grupo, com vigência para após 1º de janeiro de 2014.

Adoção a partir de 01.01.2015

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros - estabelece os princípios de divulgação de ativos e passivos financeiros que irão apresentar informações úteis e relevantes para avaliação dos valores, época e incertezas dos fluxos de caixa futuros. A Companhia avaliou que sua adoção não trará impacto às suas demonstrações financeiras

Os novos e/ou alterações dos pronunciamentos técnicos IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IAS 27, IAS 28 e IFRIC 20 não são aplicáveis neste momento para a Companhia, visto que a mesma não possui atualmente operações que se enquadrem nos mesmos.

Para os demais pronunciamentos técnicos listados anteriormente a Companhia está analisando os impactos desses em suas demonstrações financeiras, enquanto aguarda a aprovação das normas internacionais pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis brasileiro. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações realizadas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos, alterações e interpretações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

DESCRIÇÃO	31.12.2013	31.12.2012
Caixa	2	7
Contas Bancárias à Vista	48.599	53.252
Fundos de Caixa	27	50
Numerário em Trânsito	9	75
Aplicações no Mercado Aberto	36.019	337.293
Total	84.656	390.677

A Amazonas Energia aplica suas disponibilidades no tipo de aplicação denominado "Extra-Mercado". Essa aplicação é um fundo de investimento em renda fixa de liquidez imediata, constituído sob a forma de condomínio aberto e com prazo de duração indeterminado, o



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

qual tem por objetivo proporcionar a rentabilidade de suas cotas (a qual é obtida através da quantidade de quotas x valor das quotas), através da diversificação dos ativos que compõem sua carteira em ativos e modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro.

Em 2012 a rubrica de Aplicações no Mercado Aberto ficou maior, principalmente, em função do ingresso de R\$ 208.340, registrado em contrapartida da rubrica de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, o qual foi capitalizado em 2013. Além disso, contribuiu também para este aumento, em 2012, a liberação de R\$ 236.955, em forma de Empréstimos de Contratos de Financiamentos – ECF, com a Eletrobras, destinados à cobertura de déficit operacional da Companhia.

NOTA 5 – CLIENTES

a) Composição dos Créditos

Os créditos decorrentes da venda de energia elétrica apresentam o seguinte perfil:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

DESCRIÇÃO	31.12.2013				31.12.2012		
	VINCENDOS	VENCIDOS		CIRCULANTE TOTAL	NÃO CIRCULANTE TOTAL	CIRCULANTE TOTAL	NÃO CIRCULANTE TOTAL
		ATÉ 90 DIAS	HÁ MAIS DE 90 DIAS				
CONSUMIDORES							
. Residencial	101.169	46.642	16.055	163.866	-	143.032	-
. Industrial	43.741	3.756	52.970	100.467	-	147.676	-
. Comercial	67.749	14.848	10.261	92.858	-	93.839	-
. Rural	2.656	1.285	1.504	5.445	-	5.208	-
. Poder Público					-		-
. Federal	4.962	1.892	1.289	8.143	-	8.179	-
. Estadual	12.141	1.224	1.706	15.071	-	23.045	-
. Municipal	7.153	1.906	17.137	26.196	-	30.672	-
. Iluminação Pública	5.070	50	1.392	6.512	-	7.863	-
. Serviço Público	4.673	5.588	24.392	34.653	-	34.979	-
. Outros créditos	-	1	3	4	-	7	-
Subtotal	249.314	77.192	126.709	453.215	-	494.500	-
(-) PCLD (c)	(6.569)	(14.213)	(126.709)	(147.491)	-	(227.231)	-
Subtotal	242.745	62.979	-	305.724	-	267.269	-
PARCELAMENTOS (b)							
. Residencial	18.354	6.370	7.248	31.972	16.574	26.997	15.117
. Industrial	3.563	827	7.799	12.189	6.862	16.074	6.296
. Comercial	8.841	3.042	7.900	19.783	35.189	19.068	11.587
. Rural	411	360	437	1.208	336	796	353
. Poder Público*	5.837	92	239	6.168	24.006	7.751	22.131
. Iluminação Pública	-	-	-	-	-	84	-
. Serviço Público	3.500	1.194	2	4.696	3.495	7.867	3.525
Subtotal	40.506	11.885	23.625	76.016	86.462	78.637	59.009
(-) PCLD (c)	(5.027)	(601)	(3.771)	(9.399)	(32.843)	(10.251)	(7.692)
Subtotal	35.479	11.284	19.854	66.617	53.619	68.386	51.317
Total	278.224	74.263	19.854	372.341	53.619	335.655	51.317

b) Parcelamentos

Representa os valores resultantes das operações de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

futuro, cobrados em contas de energia. As análises sobre os contratos de parcelamentos são feitas individualmente e o valor negociado é excluído da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD, após o pagamento da terceira parcela.

c) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD

A PCLD é constituída de acordo com procedimentos e análise criteriosa das faturas de energia elétrica vencidas, para cobrir eventuais perdas na realização de valores a receber, com base em critérios definidos pela Administração da Companhia. O cálculo considerou todas as unidades consumidoras ligadas e desligadas, utilizando-se os seguintes critérios: a) contas vencidas há mais de 90 dias, para os consumidores da classe residencial; b) contas vencidas há mais de 180 dias, para os consumidores da classe comercial; c) contas vencidas há mais de 360 dias, para consumidores das classes industrial, poder público, rural, serviço público e iluminação pública; e d) análise individualizada dos créditos relevantes, vencidos entre 30 e 360 dias, incluindo todas as classes de consumo, inclusive sendo provisionados aqueles onde não havia certeza no seu recebimento, em função do histórico de pagamento e inadimplência.

O demonstrativo da provisão por classe de consumidores encontra-se discriminado abaixo:

CLASSE	31.12.2013	31.12.2012
CONSUMIDORES		
. Residencial	(16.980)	(21.378)
. Comercial	(12.912)	(27.458)
. Industrial	(55.690)	(103.491)
. Poder Público	(23.189)	(43.716)
. Serviço Público	(31.051)	(24.460)
. Rural	(1.594)	(1.600)
. Iluminação Pública	(1.392)	(1.472)
. Parcelamentos	(42.242)	(17.943)
. Outros Devedores	(4.683)	(3.656)
Total	(189.733)	(245.174)

A movimentação da PCLD está demonstrada a seguir:

DESCRIÇÃO	31.12.2013	31.12.2012
Saldo inicial	245.174	192.373
Adições	52.914	107.572
Reversão (a)	(13.487)	(20.700)
Baixas (b)	(94.333)	(33.675)
Recuperação de faturas baixadas anteriormente para perdas	(535)	(396)
Saldo final	189.733	245.174

- a) Refere-se aos valores de provisões constituídos em períodos anteriores e revertidos no período atual.
- b) Refere-se aos valores baixados como perda definitiva, pois não há mais expectativa de recuperação dos recursos.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

NOTA 6 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

ATIVOS FISCAIS CORRENTES	31.12.2013	31.12.2012
<u>CIRCULANTE</u>		
ATIVOS FISCAIS CORRENTES		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica a recuperar	8.645	8.645
PIS/PASEP/COFINS a recuperar	24.400	22.259
Outros	1.018	885
Total	34.063	31.789
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
ATIVOS FISCAIS CORRENTES		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica a Recuperar	5.862	4.158
CSLL a Recuperar	1.887	1.349
PIS/PASEP/COFINS a recuperar (a)	240.851	454.428
ICMS CCC - ISOL - Lei nº 12.111/09 (b)	1.449.361	1.331.146
ICMS sobre Bens do Ativo Fixo	35.400	21.196
Ajuste a Valor Presente	(1.556)	(1.556)
Impairment - tributos federais (c)	(267.490)	(360.018)
PIS/COFINS sobre insumos CCC - (d)	285.546	-
Total	1.749.861	1.450.703

- a) Os créditos registrados nessa rubrica decorrem do regime de apuração não cumulativa, na atividade de geração e distribuição de energia elétrica, envolvendo gastos com materiais aplicados ou consumidos na atividade de fornecimento de energia elétrica, créditos dos insumos utilizados na produção e da compra de energia elétrica de produtor independente de energia. Tais créditos vão ser compensados com débitos apurados dessas mesmas contribuições, que influenciarão na alíquota efetiva a ser cobrada do consumidor cativo. Dessa forma, a Amazonas Energia procedeu à apuração e acumulação dos créditos de PIS/PASEP e da COFINS, a partir do momento da desverticalização pelo modelo Drop Down, os créditos ficarão com a empresa Distribuidora que passará a ter menos custo pois comprará energia no Sistema Interligado Nacional (SIN). Com isso passará a utilizar os créditos existentes.
- b) Conforme disposto no art. 3º, da Lei nº 12.111/09, os impostos fazem parte do custo total de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados. Portanto, os valores referentes ao ICMS, apurados como custo da geração, estão registrados na rubrica ICMS CCC – ISOL – Lei nº 12.111/09. Entretanto, a referida Lei, cita no mesmo art. 3º, § 8º, que no caso de efetivo aproveitamento dos créditos tributários referentes a valores reembolsados pela CCC, o agente deverá ressarcir o montante integral do crédito tributário aproveitado. Dessa forma, foi constituída uma obrigação no Passivo Não Circulante, de valor igual ao registrado no Ativo Não



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Circulante, cujo montante é de R\$ 1.449.361 (vide Nota Explicativa 8.1 – Conta de Consumo de Combustíveis – CCC). O aumento do montante de ICMS deve-se ao fato do acúmulo de créditos nesta rubrica, tendo em vista que os mesmos ainda não estão sendo compensados.

- c) Considerando a publicação da Resolução Normativa ANEEL nº 597, de 17 de dezembro de 2013, a qual em seu art. 1º altera o Art.9º da Resolução Normativa ANEEL nº 427, de 22 de fevereiro de 2011, que transcrevemos a seguir, informa que os agentes beneficiários da CCC terão direito ao reembolso dos créditos não compensados de ICMS, PIS/PASEP e COFINS do período de agosto/09 a dezembro/13:

Art. 1º O art. 9º da Resolução Normativa nº 427, de 22 de fevereiro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º Os agentes beneficiários da CCC terão direito ao reembolso do custo decorrente dos créditos não compensados de ICMS e de PIS/PASEP e COFINS, constituídos e acumulados a partir de agosto de 2009 (inclusive), nos termos e condições definidos nesta Resolução".

Considerando que os créditos de PIS/COFINS do período de agosto/2009 a dezembro/2013 serão passíveis de ressarcimento, e considerando ainda que o saldo acumulado de PIS e COFINS até julho/2013 era credor em R\$ 488.078, e que a soma dos débitos (decorrentes da venda de energia) no período entre ago/09 a dez/13 correspondem ao total de R\$ 758.837, não há valores a registrar na rubrica de impairment tributário, uma vez que os saldos foram todos consumidos pelos débitos no período em questão.

- d) O saldo de R\$ 285.546 refere-se ao direito de reembolso dos créditos não compensados de PIS/PASEP e COFINS do período de agosto/09 a dezembro/13, conforme descrito no artigo 1º da Resolução Normativa ANEEL nº 597, de 17 de dezembro de 2013, o qual se encontra transcrito acima, na letra "c". Vale ressaltar que, igualmente aos créditos de ICMS – CCC – ISOL, para o PIS/COFINS também foi constituída uma obrigação no Passivo Não Circulante, de valor igual ao registrado no Ativo Não Circulante.

NOTA 7 – ESTOQUE

No quadro abaixo está apresentada a composição:

DESCRIÇÃO	31.12.2013	31.12.2012
Almoxarifado	4.095	4.658
Material em Poder de Terceiros	855	795
Combustível - CCC (a)	132.529	68.035
Adiantamentos a Fornecedores	3.902	3.830
Total	141.381	77.318



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Os estoques da Companhia estão registrados pelo seu custo médio, líquidos de provisão para obsolescência ou perda quando aplicável.

- a) O aumento na rubrica de Combustível – CCC foi em função da grande seca que ocorreu no último trimestre de 2013, levando a Companhia a fazer uma reserva operacional de combustível, a fim de evitar racionamentos nas localidades, tendo em vista que existem municípios no interior do Estado do Amazonas que ficam com acesso restrito, ou muitas vezes, isolados.

NOTA 8 – DIREITO E OBRIGAÇÃO DE RESSARCIMENTO

A Companhia detém direitos e obrigações junto à CCC, conforme apuração dos valores demonstrados no quadro abaixo:

DIREITO DE RESSARCIMENTO

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
ATIVO CIRCULANTE		
CCC (8.1)	10.195.291	6.348.222

OBRIGAÇÃO DE RESSARCIMENTO

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
PASSIVO CIRCULANTE		
CCC (8.1)	7.783.701	5.328.423
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
CCC (8.1)	2.009.423	1.591.287

8.1 – CONTA DE CONSUMO DE COMBUSTÍVEL – CCC



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
DIREITOS		
Saldo anterior	6.348.222	3.093.464
Adições no período	4.025.754	3.570.465
Reembolso sobre Combustível - Res. 347/09	(25.148)	(78.638)
Reembolso PIS/COFINS CCC - ISOL - Lei 12.111/09 (d)	285.546	-
(-) Valor recebido da CCC - ISOL	(2.598.384)	(3.926.613)
Adiantamentos recebidos (a)	2.455.278	4.092.346
Baixa de Atualização Monetária Acumulada	-	(178.924)
(-) ICMS recuperado	(295.977)	(223.878)
Total	10.195.291	6.348.222
OBRIGAÇÕES		
PIS/PASEP pago pela CCC (b)	48.968	46.403
COFINS pago pela CCC (b)	225.548	213.738
Reembolso de ICMS CCC - ISOL - Lei 12.111/09 (c)	1.449.361	1.331.146
Reembolso PIS/COFINS CCC - ISOL - Lei 12.111/09 (d)	285.546	-
Subtotal (Passivo Não Circulante)	2.009.423	1.591.287
Adiantamentos recebidos (a) - Passivo Circulante	7.783.701	5.328.423
Total	9.793.124	6.919.710
Saldo em 31.12.2011	3.093.464	
Custo com combustíveis	3.649.939	
Compra de energia elétrica	474.107	
Custo de geração própria	887.950	
PIS/COFINS não recuperáveis	-	
Atualização monetária	(178.924)	
(-) Custo do ACR	(1.441.531)	
(-) Recebimentos	(136.783)	
Saldo em 31.12.2012	6.348.222	
Saldo em 31.12.2012	6.348.222	
Custo com combustíveis	4.097.089	
Compra de energia elétrica	498.219	
Custo de geração própria	1.008.352	
PIS/COFINS não recuperáveis	285.546	
Atualização monetária	-	
(-) Custo do ACR	(1.577.906)	
(-) Recebimentos	(464.231)	
Saldo em 31.12.2013	10.195.291	

A Conta de Consumo de Combustíveis – CCC foi criada pelo Decreto nº 73.102, de 7 de novembro de 1973, com a finalidade aglutinar o rateio dos custos relacionados ao



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

consumo de combustíveis para a geração de energia termoelétrica nos Sistemas Isolados, especialmente na Região Norte do país.

O objetivo da Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, é reembolsar os custos de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, incluindo os custos relativos à contratação de energia e de potência associada à geração própria para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica, aos encargos do setor elétrico e impostos e, ainda, aos investimentos realizados, que deverá ocorrer através da CCC.

Ressalta-se que a referida Lei traz uma reforma profunda nas premissas para contratação de energia elétrica e recebimento de subsídios, inclusive para localidades isoladas, a serem interligadas em futuro próximo. Sendo assim, os dispositivos nela contidos possuem eficácia imediata, de modo a permitir às Concessionárias, durante o período de transição para o SIN, a manutenção dos subsídios. Com isso, dar-se-á a estas empresas tratamento isonômico ao concedido às concessionárias do SIN, quando da criação do modelo vigente.

Com o advento do leilão de interligação com o SIN, a Companhia foi autorizada pela Portaria nº 083/2008 do Ministério de Minas e Energia – MME, a adquirir energia no Ambiente de Contratação Regulada – ACR.

O custo total de geração nos sistemas isolados (mesmo depois da interligação, em relação aos contratos de energia então existentes) será coberto integralmente pela CCC, no que exceder o custo médio do ACR /SIN. No custo total de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, deverão ser incluídos os custos relativos:

- I - à contratação de energia e de potência associada;
- II - à geração própria para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica;
- III - à aquisição de combustíveis;
- IV - aos encargos e impostos; e
- V - aos investimentos realizados.

Incluem-se, também, no custo total de geração os demais custos associados à prestação do serviço de energia elétrica em regiões remotas dos Sistemas Isolados, caracterizadas por grande dispersão de consumidores e ausência de economia de escala, conforme regulamento.

Desse modo, o consumidor local paga tarifariamente o custo médio do ACR/SIN, até o montante regulatório de energia. Por sua vez, a CCC reembolsará o valor que exceder o custo médio do ACR/SIN até o limite do custo total de geração expressamente definido na Lei/Decreto.

Os valores da CCC são fixados anualmente pela ANEEL e a gestão dos recursos da CCC fica a cargo da Eletrobras, que elabora o planejamento do exercício seguinte, com base no mercado aprovado pela Empresa de Planejamento Energético – EPE e leva para homologação da ANEEL o valor do rateio para os agentes envolvidos no processo.

Incluem-se, também, no custo total de geração os demais custos associados à prestação do serviço de energia elétrica em regiões remotas dos sistemas isolados, caracterizadas



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

por grande dispersão de consumidores e ausência de economia de escala, conforme regulamento.

a) **Adiantamentos recebidos**

Referem-se a valores recebidos da CCC a título de adiantamentos nos respectivos períodos. Como a regulamentação da ANEEL referente à Lei nº 12.111/2009 ainda não se encontra totalmente estabelecida, os valores efetivamente recebidos não estão sendo baixados do Ativo e em contrapartida foi criada uma rubrica no Passivo Circulante denominada de Obrigações de Ressarcimento. Portanto, até o término do exercício de 2013, a Companhia recebeu, cumulativamente, o valor de R\$ 7.783.701, sendo, seu valor líquido a receber o total de R\$ 2.411.590, correspondente à diferença entre o total da rubrica e os adiantamentos recebidos.

Cabe destacar que estes valores recebidos são correntes, inclusive a ANEEL já reconheceu tais valores, sendo que existe um lapso temporal de, geralmente três meses, entre a apropriação dos custos e efetivos recebimentos dos valores.

b) **Ressarcimento do PIS/PASEP e COFINS Incidente Sobre Aquisição de Combustíveis por Conta da CCC**

A ANEEL através do Despacho nº. 4.722/2009 – SFF/ANEEL, que trata do encerramento do exercício de 2009, em seu item nº. 30, determinou que fosse reconhecido contabilmente o montante do PIS/PASEP e COFINS a ser restituído à Conta de Consumo de Combustível – CCC referente ao período de janeiro de 2004 até dezembro de 2008.

Em 11 de agosto de 2008, a ANEEL emitiu a Nota Técnica nº. 359-SFF, a qual expõe de forma detalhada a evolução da legislação a respeito da metodologia de contabilização dos PIS/PASEP e COFINS na forma da apuração não cumulativa, recomendando a adoção dos seguintes procedimentos:

- Apuração do Passivo a ser ressarcido ao fundo CCC-ISOL – imputando aos agentes que apurem mensal e anualmente o montante reembolsado pela CCC-ISOL a título de combustível e os créditos de PIS/PASEP e COFINS, sendo que este último deverá ser imputado como Passivo.
- Forma da Atualização e restituição – orientando que o Passivo seja devidamente atualizado até a data de sua consolidação, sendo facultada sua restituição ao fundo CCC-ISOL mediante parcelamento em até 36 parcelas mensais remuneradas pela Taxa Selic.

c) **Ressarcimento CCC – ISOL – Lei nº 12.111/2009**

O saldo de R\$ 1.449.361 refere-se aos impostos compensáveis (ICMS) que deverão ser ressarcidos à CCC, de acordo com o § 8º da Lei nº. 12.111/2009, descrito a seguir:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

§ 8º "No caso de efetivo aproveitamento de créditos tributários referentes a valores reembolsados pela CCC, o agente deverá ressarcir a este mecanismo o montante integral do crédito tributário aproveitado".

d) **Reembolso PIS/COFINS - CCC – ISOL – Lei nº 12.111/2009**

Considerando a publicação da Resolução Normativa ANEEL nº 597, de 17 de dezembro de 2013, a qual em seu art. 1º altera o Art.9º da Resolução Normativa ANEEL nº 427, de 22 de fevereiro de 2011, que transcrevemos a seguir, informa que os agentes beneficiários da CCC deverão ressarcir ao Fundo, de acordo com o § 2º:

Art. 1º O art. 9º da Resolução Normativa nº 427, de 22 de fevereiro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º Os agentes beneficiários da CCC terão direito ao reembolso do custo decorrente dos créditos não compensados de ICMS e de PIS/PASEP e COFINS, constituídos e acumulados a partir de agosto de 2009 (inclusive), nos termos e condições definidos nesta Resolução".

§ 2º O reembolso efetivo consistirá na transferência, pelo fundo CCC ao agente beneficiário, dos montantes correspondentes aos créditos de ICMS e de PIS/PASEP e COFINS e na devolução, pelo agente beneficiário ao fundo CCC, dos montantes referentes aos créditos compensados desses tributos ao longo do ano.

NOTA 9 – OUTROS ATIVOS

Os diversos créditos classificados no Ativo Circulante e Não Circulante apresentam o seguinte perfil:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

DESCRIÇÃO	31.12.2013		31.12.2012	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Empregados	5.407	-	6.295	-
Arrendamentos e Aluguéis	5.939	-	3.755	-
Adiantamento a Fornecedores	8.548	-	6.357	-
Serviços, Alienações e Dispêndios a Reembolsar e em Curso (a)	51.658	-	43.313	-
Desativações em Curso	1.078	-	845	-
Outros Devedores	3.930	9.071	2.183	9.072
Partes Relacionadas	-	-	-	5
Serviços pedidos	185	-	751	-
CDE - Equilíbrio da Redução de Tarifa*	20.822	-	-	-
Concessionários e Permissionários**	30.502	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente	4.975	-	1.847	-
Materiais Destinados à alienações ***	21.156	-	38.156	-
(-) PCLD sobre outros créditos	(1.294)	-	(1.294)	-
Total	152.906	9.071	102.208	9.077

*Refere-se ao valor a receber de acordo com a Resolução Homologatória ANEEL nº 1.454, de 24 de janeiro 2013, no artigo 9º, que estabelece que seja fixado o reembolso a ser repassado pela Eletrobras à Amazonas Energia, afim de assegurar o equilíbrio econômico-financeiro em função da redução das tarifas das concessionárias de distribuição. Os valores são recebidos até o dia dez do mês subsequente ao da competência.

** O valor de R\$ 30.502 é decorrente do direito a receber que a Companhia teve na liquidação do Mercado de Curto Prazo - MCP.

*** O montante de R\$ 21.156 refere-se a bens desativados destinados a alienação os quais serão vendidos no primeiro semestre/2014.

a) Serviços, Alienações e Dispêndios a Reembolsar e em Curso

DESCRIÇÃO	31.12.2013	31.12.2012
	CIRCULANTE	CIRCULANTE
Diversos dispêndios a reembolsar	571	412
Dispêndios a reembolsar em curso	6.812	5.219
Alienações em curso	1.277	1.248
Serviços em curso *	42.998	36.434
Total	51.658	43.313

* A variação da rubrica de Serviços em Curso foi decorrente dos registros dos projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e o de Programa de Eficiência Energética (PEE), dentre os quais, os mais relevantes são: i) realização de estudos para geração de energia elétrica a partir do etanol da mandioca; ii) desenvolvimento de modelo referência para empresa de distribuição; iii) mini - estação para coleta de tratamento e reutilização de óleos lubrificantes em centrais termelétricas do interior do Amazonas; iv) sistema universal de blindagem anti furto para medidores de energia; v) alicate voltímetro, amperímetro e



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

wantímetro para rede de distribuição de baixa e média tensão até 35kV; vi) desenvolvimento de um sistema inteligente para determinação dos impactos harmônicos de múltiplos consumidores industriais e projeto de gestão de P&D/2012 da Companhia.

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Os investimentos estão registrados, conforme demonstrado abaixo:

DESCRIÇÃO	31.12.2013	31.12.2012
Terrenos	1.661	1.661
Edificações, obras civis e benfeitorias	129	129
Participações societárias permanentes	5.888	5.880
Total	7.678	7.670

No quadro abaixo está contemplado os percentuais de participação em relação ao montante total da rubrica:

<u>INVESTIMENTOS</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
a) Custo de aquisição	5.888	5.880
Outras	6	8
Amazonas Energia - G&T	10	-
Eletronorte	5.872	5.872
b) Outros	1.790	1.790
Terrenos	1.661	1.661
Edificações	129	129
Total	7.678	7.670

NOTA 11 – ATIVO FINANCEIRO – CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro indenizável (Concessão) está assim apresentada:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

DESCRIÇÃO	EM SERVIÇO			EM CURSO			Total
	VALOR HISTÓRICO	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	VALOR LÍQUIDO	VALOR HISTÓRICO	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	VALOR LÍQUIDO	
Saldo em 31/12/2011	945.616	(244.179)	701.437	973.463	(198.762)	774.701	1.476.138
Adições	-	-	-	688.005	(48)	687.957	687.957
Valor Novo de Reposição	6.577	-	6.577	-	-	-	6.577
Transferências	429.037	(182.431)	246.606	(424.805)	182.424	(242.381)	4.225
Baixas	(36.771)	-	(36.771)	-	-	-	(36.771)
Saldo em 31/12/2012	1.344.459	(426.610)	917.849	1.236.663	(16.386)	1.220.277	2.138.126
Adições	-	-	-	956.994	(75.792)	881.202	881.202
Valor Novo de Reposição	(500.198)	-	(500.198)	-	-	-	(500.198)
Transferências *	999.352	(6.276)	993.076	(412.931)	6.271	(406.660)	586.416
Baixas	(66.316)	-	(66.316)	-	-	-	(66.316)
Saldo em 31/12/2013	1.777.297	(432.886)	1.344.411	1.780.726	(85.907)	1.694.819	3.039.230

*vide quadro de transferências na nota explicativa nº 13 - Imobilizado

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente.

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 20/2001, de 21 de março de 2001, e o de nº 001/2010, de 22 de junho de 2010, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Concessionário - Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido. O



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

preço da tarifa da geração é repassado para a distribuição mediante o valor do ACR.

Com base nas características estabelecidas nos contratos de concessão de geração e distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de geração e distribuição elétrica, abrangendo:

- Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente; e
- Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo Ativo Imobilizado da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem este delegar ou licitar.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

Adicionalmente, a Companhia refez o cálculo do VNR para o exercício de 2012, gerando um montante de R\$ 6.577, conforme apresentado no quadro de mutações do Ativo Financeiro, e no exercício de 2013 a Companhia estornou o VNR de 2012, no valor de R\$ 6.577 e registrou o novo valor de despesa no montante de R\$ 493.621, sendo o valor da movimentação o somatório no montante de R\$ 500.198.

A Companhia passou no exercício de 2013 pelo processo do Terceiro Ciclo de Revisão Tarifária-3RTP (3º Ciclo). Durante esse processo foram revistos todos os custos da concessionária, inclusive a Base de Remuneração Regulatória – BRR. A ANEEL, ainda, por meio do despacho nº 3.150, de 16 de setembro de 2013 e nota técnica nº. 470/2013 – SER/ANEEL de 23/10/2013, respectivamente, declarou o valor total da Base de Remuneração – BRR para fins do 3º Ciclo de Revisão Tarifária para a Companhia da Distribuição. Vale ressaltar também que a Companhia recebeu o Termo de Notificação da ANEEL nº 0079/2013 – SFF, o qual se encontra discriminado a BRR da geração e transmissão.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

O aumento nesta rubrica justifica-se pelos seguintes fatos:

- a)** Quanto mais se aproxima o prazo final da concessão (2015), maiores serão os valores que serão registrados nesta rubrica;
- b)** Os investimentos realizados em 2013 foram superiores a 2012;
- c)** Além do término próximo da concessão (previsto para ocorrer em 2015), houve também a rebifurcação com base na comparação da BRR homologada pela ANEEL, atualizados até 31/12/13, x o Ativo Financeiro e Intangível que estava registrado na Companhia. Pela conclusão do estudo, grande parte do Intangível foi transferido para o Ativo Financeiro.

NOTA 11.1 - Prorrogação das Concessões de Serviço Público de Energia Elétrica Geração

Em 11 de janeiro de 2013, o Governo Federal emitiu a Lei nº 12.783/2013, regulamentada pelo Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências.

Por meio da aludida Lei, as concessões de energia elétrica, tratadas nos artigos 17, §5º, 19 e 22 da Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995, cujos prazos de vencimento ocorreriam a partir de 2015, foram prorrogadas por mais 30 anos, conforme condições estabelecidas na referida Lei e nos respectivos aditivos aos Contratos de Concessão.

A prorrogação considerou a antecipação do vencimento dessas concessões e assinatura de Termos Aditivos aos respectivos Contratos de Concessão com o Poder Concedente estabelecendo as novas condições; e pressupôs a aceitação expressa dos critérios de remuneração, alocação da energia e padrões de qualidade, constantes da Lei, estando ainda prevista à indenização dos ativos ainda não amortizados ou depreciados com base no Valor Novo de Reposição (VNR).

A legislação prevê que as concessões de energia elétrica não prorrogadas por meio da aceitação das condições apresentadas pelo Poder Concedente, serão licitadas quando do encerramento do atual prazo (2015 – 2017), na modalidade leilão ou concorrência, por até trinta anos.

Em 15 de outubro de 2012, as distribuidoras cujas concessões vencerão em 2015, tiveram o direito de manifestar o interesse na prorrogação da concessão por um período adicional de 30 anos, o que fizeram no prazo estabelecido. Até o presente momento não foram regulamentados os critérios de prorrogação desses contratos pelo Poder Concedente e, portanto, não ocorreu a assinatura do contrato de concessão para as distribuidoras que manifestaram o interesse até 15 de outubro de 2012, o qual só ocorrerá quando do vencimento da atual concessão.

Não há garantias de que o Poder Concedente aprovará prorrogação de acordo com as novas condições, dependendo de diversos critérios que serão analisados pelo Poder Concedente. Há previsão de indenização dos ativos não amortizados ao final da concessão.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Impactos no negócio de distribuição em geral

- Revisão Tarifária Extraordinária da Parcela A, com impactos a partir de 1º de fevereiro de 2013, para capturar a redução dos custos de geração e transmissão decorrente das concessões prorrogadas.
- Os componentes: compra de energia, encargos setoriais e custo de transporte de energia fazem parte da Parcela A – custos não gerenciáveis pela concessionária, na redefinição da tarifa que é feita a cada aniversário do contrato de concessão (anualmente). Portanto não são esperadas alterações nas margens dessas concessionárias.
- Possível impacto no custo de compra de energia em função da alocação das cotas de garantia física de energia e potência das usinas hidrelétricas para o mercado regulado (cativo-distribuidoras), considerando a necessidade até então de compra de energia no mercado livre para cobrir a demandas dos consumidores.
- Conforme o artigo 27 da Lei 12.783/13 que altera o artigo 3º § 16 da Lei nº 12.111/2009:

"§ 16 – a quantidade de energia a ser considerada para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica nos sistemas isolados será limitada ao nível eficiente de perdas, conforme regulação da ANEEL."

Nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012, apresentadas para fins de comparação, o Ajuste ao Valor Novo de Reposição – VNR como valor dos ativos vinculados à concessão remanescentes ao final da concessão, ou seja, não ainda depreciados e sujeitos à indenização do Poder Concedente (ativo financeiro) apresentou o valor de R\$ 6.577. Em 2013, em função dos resultados do 3º Ciclo de Revisão Tarifária (conforme Nota Explicativa nº 41), no que tange a definição do valor total da Base Remuneração Regulatória – BRR e no aprimoramento da interpretação dos termos da Lei 12.783/2013, a Companhia decidiu pela baixa do ajuste à VNR sobre o ativo financeiro, no valor de R\$ (493.621).

Adicionalmente, a BRR foi utilizada na bifurcação dos ativos relacionados à infraestrutura, como base para determinar o valor dos ativos financeiro e intangível das concessões de distribuição de energia elétrica. Dessa forma, foram também baixadas as sobras contábeis relacionadas aos processos de avaliação definidos na Resolução Normativa nº 367, de 2 de junho de 2009 e revertidas eventuais provisões por não recuperabilidade de ativos (impairment) contabilizadas antes de 2013.

Vale ressaltar que a BRR também foi utilizada na bifurcação dos ativos de geração da Companhia.

Após a bifurcação foi efetuado novo teste de recuperabilidade do ativo intangível, sendo este composto pela parcela dos ativos vinculados à concessão que será depreciada até 2015 (término da concessão), sendo constituída provisão por não recuperabilidade de ativos (impairment).



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Os efeitos oriundos destas alterações na Lei 12.783/2013 são como seguem:

Efeitos no resultado de 2012 e 2013

Distribuição	31.12.2013	31.12.2012
Ajuste ao Valor Novo de Reposição - VNR dos ativos indenizáveis	(500.198)	6.577
Consideração dos efeitos da 3ª revisão tarifária na BRR para fins de <i>impairment</i> do ativo financeiro	-	-
Baixa de sobras contábeis	(119.492)	-
Parcela não recuperável do intangível - <i>impairment</i> - contrato oneroso	(295.259)	-
Total	(914.949)	6.577

A Companhia detém as seguintes concessões de geração afetadas diretamente e não afetadas pela Lei nº 12.783/2013:

Concessões de GERAÇÃO

Indenização dos ativos

Ativos Afetados	Valor residual contabil antes da aplicação do VNR 31.12.2013	Valor Indenização (proposta)
UTE APARECIDA	215.042	não divulgado
UTE MAUÁ	1.072.673	não divulgado
UTE DE FLORES	4.239	não divulgado
UTE CIDADE NOVA	4.137	não divulgado
UTE SÃO JOSÉ	6.625	não divulgado
Grupos geradores	358.199	não divulgado
Subtotal	<u>1.660.915</u>	
Valor Novo de Reposição	157.399	
Total	1.818.314	



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Ativos Não Afetados	Valor residual contábil antes da aplicação do VNR 31.12.2013	Valor Novo de Reposição 31.12.2013	Valor residual contábil com aplicação do VNR 31.12.2013	Valor Indenização (proposta)
Amazonas Energia	72.773	40.906	113.679	Não Aplicavel
Total Não Afetados	72.773	40.906	113.679	
Total Ativos de Geração	1.733.688	198.305	1.931.993	

Concessões de DISTRIBUIÇÃO

Área de concessão	Valor residual do ativo financeiro antes da aplicação do VNR 31.12.2013	Valor Novo de Reposição 31.12.2013	Valor residual contábil com a aplicação do VNR do ativo financeiro 31.12.2013
Amazonas	1.799.163	(691.926)	1.107.237
Total	1.799.163	(691.926)	1.107.237

NOTA 12 – INTANGÍVEL

Com a adoção da ICPC 01 (R1), o valor de amortizações de ativos fixos tangíveis das concessões e os correspondentes subsídios foram reclassificados para a rubrica de Amortização de Intangíveis das Concessões - ICPC 01 (R1).

Este grupo é formado pelo Intangível-Concessão que corresponde ao direito de uso da concessão (bens do Imobilizado os quais foram bifurcados) e os demais direitos que já faziam parte deste grupo e não foram bifurcados (que corresponde à rubrica Outros), conforme demonstrado no quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	31.12.2013	31.12.2012
Intangível - Concessão	66.596	585.357
Outros	55.017	44.249
Total	121.613	629.606

Abaixo está demonstrada a abertura dos valores do grupo Intangível, em Serviço e em Curso:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

DESCRIÇÃO	31.12.2013			31.12.2012	
	CUSTO	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO
EM SERVIÇO					
Direito de uso da concessão	480.336	(384.151)	(91.301)	4.884	537.329
Outros	38.769	(19.067)	-	19.702	21.361
Subtotal	519.105	(403.218)	(91.301)	24.586	558.690
EM CURSO					
Direito de uso da concessão	99.055	-	(37.342)	61.713	48.027
Outros	35.314	-	-	35.314	22.889
Subtotal	134.369	-	(37.342)	97.027	70.916
Total	653.474	(403.218)	(128.643)	121.613	629.606

No quadro abaixo está demonstrada a movimentação do Ativo Intangível:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

<u>MUTAÇÃO DO ATIVO INTANGÍVEL</u>	SALDO EM 31/12/2012 (Reapresetando)	ADIÇÕES	BAIXAS	*TRANSFERÊNCIAS CUSTO / SERVIÇO	SALDO EM 31/12/2013
Vinculados à Concessão - Geração	585.357	(87.699)	(51.624)	(379.438)	66.596
Em serviço	537.330	(104.375)	(51.624)	(376.446)	4.885
Ativo Intangível	803.953		16.588	(332.851)	487.690
Amortização acumulada	(210.217)	(82.237)	(68.212)	(43.399)	(404.065)
Obrigações especiais	(28.137)	-	-	(196)	(28.333)
Impairment	(28.269)	(22.138)	-	-	(50.407)
Em curso	48.027	16.676	-	(2.992)	61.711
Ativo Intangível	62.779	16.781	-	(3.154)	76.406
Obrigações especiais	(14.752)	(105)	-	162	(14.695)
Impairment	-	-	-	-	-
Vinculados à Concessão - Distribuição	-	208.571	1.502	(210.073)	-
Em serviço	-	196.832	(7.324)	(189.508)	-
Ativo Intangível	308.909		(7.065)	(243.319)	58.525
Amortização acumulada	(33.914)	-	(259)	54.086	19.913
Obrigações especiais	(62.694)			(275)	(62.969)
Impairment	(212.301)	196.832			(15.469)
Em curso	-	11.739	8.826	(20.565)	-
Ativo Intangível	102.149	14.067		(20.878)	95.338
Obrigações especiais	(20.633)	(2.328)		313	(22.648)
Impairment	(81.516)		8.826		(72.690)
Não Vinculados à Concessão (Outros Intangíveis)	44.249	11.706	(35)	(903)	55.017
Administração					
Em serviço	38.116	-	(322)	1.591	39.385
Amortização acumulada	(16.140)	(3.214)	287	-	(19.067)
Em curso	22.273	14.920	-	(2.494)	34.699
Total	629.606	132.578	(50.157)	(590.414)	121.613

*vide quadro de transferências na nota explicativa nº 13 - Imobilizado



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

<u>MUTAÇÃO DO ATIVO INTANGÍVEL</u>	SALDO EM 31/12/2011 (Reapresentado)	ADIÇÕES	BAIXAS	*TRANSFERÊNCIAS CUSTO / SERVIÇO	SALDO EM 31/12/2012 (Reapresentado)
Vinculados à Concessão - Geração	593.039	(16.144)	-	8.462	585.357
Em serviço	549.137	(32.945)	-	21.138	537.330
Ativo Intangível	758.153	31.542	(35.242)	21.231	775.684
Amortização acumulada	(180.972)	(64.487)	35.242	-	(210.217)
Obrigações especiais	(28.044)	-	-	(93)	(28.137)
Impairment	-	-	-	-	-
Em curso	43.902	16.801	-	(12.676)	48.027
Ativo Intangível	58.753	16.801	-	(12.775)	62.779
Obrigações especiais	(14.851)	-	-	99	(14.752)
Impairment	-	-	-	-	-
Vinculados à Concessão - Distribuição	-	7.944	-	(7.944)	-
Em serviço	-	(3.002)	-	3.002	-
Ativo Intangível	283.594	-	(26)	25.341	308.909
Amortização acumulada	(33.940)	-	26	-	(33.914)
Obrigações especiais	(40.355)	-	-	(22.339)	(62.694)
Impairment	(209.299)	(3.002)	-	-	(212.301)
Em curso	-	10.946	-	(10.946)	-
Ativo Intangível	107.294	28.140	-	(33.285)	102.149
Obrigações especiais	(42.968)	(4)	-	22.339	(20.633)
Impairment	(64.326)	(17.190)	-	-	(81.516)
Não Vinculados à Concessão (Outros Intangíveis)	37.331	6.721	-	197	44.249
Administração					
Em serviço	24.084	-	-	14.032	38.116
Amortização acumulada	(14.409)	(1.731)	-	-	(16.140)
Em curso	27.656	8.452	-	(13.835)	22.273
Total	630.370	(1.479)	-	715	629.606

Vale ressaltar que os valores que estão sendo registrados e amortizados na rubrica do Intangível estarão zerados ao final da concessão (2015), considerando que a Companhia utiliza a taxa média disponibilizada pela ANEEL.

Os valores que a Companhia não conseguirá amortizar estão sendo registrados no Ativo Financeiro – Concessões de Serviço Público.

A ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de geração e distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil-econômica dos bens.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante do conjunto de bens



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

tangíveis contidos na infraestrutura de geração e distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados de forma linear, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro de indenização.

Conforme Despacho ANEEL nº 3.073, de 28/12/2006, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária, as quotas de amortização dos valores dos bens constituídos com recursos das Obrigações Especiais, independentemente da sua data de formação deverão ter seus efeitos anulados no resultado contábil.

O início de apuração da amortização foi a partir do 2º ciclo da revisão tarifária, fato este que na Companhia, ocorreu a partir de 1.º de novembro de 2009, conforme Resolução Homologatória n.º 899, de 27 de outubro de 2009. Para o cálculo da amortização dos bens que compõem a infraestrutura é utilizado a taxa média regulatória de 3,10% para a Geração e 3,63% para a Distribuição.

a) Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

NOTA 13 – IMOBILIZADO

Os valores registrados neste grupo compreendem os bens de uso administrativo e os ativos, objeto de arrendamento mercantil financeiro. Segue abaixo as rubricas que compõem este grupo:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

DESCRIÇÃO	31.12.2013		31.12.2012		% Taxas de depreciação (a.a)
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido	
EM SERVIÇO					
Reservatórios, Barragens e Adutoras	1.521	(1.336)	185	236	3,33%
Edificações, obras civis e benfeitorias	340.508	(271.231)	69.277	64.659	3,36%
Máquinas e equipamentos	77.142	(63.770)	13.372	18.744	6,34%
Máquinas e equipamentos - arrendamento financeiro (nota 18)	1.398.466	(326.309)	1.072.157	1.118.773	3,33%
Veículos	19.597	(12.469)	7.128	9.351	14,29%
Móveis e utensílios	18.976	(8.808)	10.168	7.549	6,25%
Terrenos	1.608	-	1.608	1.517	0,00%
	<u>1.857.818</u>	<u>(683.923)</u>	<u>1.173.895</u>	<u>1.220.829</u>	
EM CURSO					
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.540	-	1.540	12.121	
Máquinas e equipamentos	59.702	-	59.702	34.704	
Veículos	1.309	-	1.309	-	
Móveis e utensílios	1.933	-	1.933	1.686	
Outros	19.336	-	19.336	8.765	
	<u>83.820</u>	<u>-</u>	<u>83.820</u>	<u>57.276</u>	
Total	1.941.638	(683.923)	1.257.715	1.278.105	

A movimentação do grupo está demonstrada abaixo:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

<u>MUTAÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO</u>	<u>SALDO EM 31/12/2012</u>	<u>ADIÇÕES</u>	<u>*TRANSFERÊNCIAS CUSTO / SERVIÇO</u>	<u>BAIXAS</u>	<u>SALDO EM 31/12/2013</u>
Geração	101.443	(13.166)	(267)	(2.723)	85.287
Em serviço	369.063	-	(999)	(21.072)	346.992
Depreciação Acumulada	(301.506)	(13.166)	732	18.349	(295.591)
Em curso	33.886	-	-	-	33.886
Administração / Comercialização / Distribuição	57.892	38.788	4.265	(671)	100.274
Em serviço	79.765	-	36.776	(4.181)	112.360
Depreciação Acumulada	(45.262)	(8.831)	(11.420)	3.492	(62.021)
Em curso	23.389	47.619	(21.091)	18	49.935
Arredamento Mercantil - Leasing	1.118.772	(46.616)	-	-	1.072.156
Arrendamento Mercantil	1.118.772	(46.616)	-	-	1.072.156
(-) Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(2)	-	-	-	(2)
Uso do Bem Público - UBP	-	-	-	-	-
Reintegração Acumulada	-	-	-	-	-
Contribuições do Consumidor	-	-	-	-	-
Participação da União Federal	(2)	-	-	-	(2)
Doações e Subvenções p/ investimentos	-	-	-	-	-
Provisão p/ ajustes valor recuperação ativos - impairment	-	-	-	-	-
Outros (especificar)	-	-	-	-	-
Total	1.278.105	(20.994)	3.998	(3.394)	1.257.715

<u>MUTAÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO</u>	<u>SALDO EM 31.12.2011</u>	<u>ADIÇÕES</u>	<u>*TRANSFERÊNCIAS CUSTO / SERVIÇO</u>	<u>BAIXAS</u>	<u>DEPRECIÇÃO</u>	<u>SALDO EM 31.12.2012</u>
Geração	15.764	7.696	77.983	-	-	101.443
Em serviço	29.317	-	340.274	(528)	-	369.063
Depreciação Acumulada	(23.772)	(15.971)	(262.291)	528	-	(301.506)
Em curso	10.219	23.667	-	-	-	33.886
Administração / Comercialização / Distribuição	129.006	11.815	(82.923)	(6)	-	57.892
Em serviço	407.860	-	(325.698)	(2.397)	-	79.765
Depreciação Acumulada	(305.200)	(4.745)	262.292	2.391	-	(45.262)
Em curso	26.346	16.560	(19.517)	-	-	23.389
Arredamento Mercantil - Leasing	1.165.388	-	-	-	(46.616)	1.118.772
Arrendamento Mercantil	1.165.388	-	-	-	(46.616)	1.118.772
(-) Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(2)	-	-	-	-	(2)
Participação da União Federal	(2)	-	-	-	-	(2)
Total	1.310.156	19.511	(4.940)	(6)	(46.616)	1.278.105

* As transferências quando comparadas apenas dentro do próprio grupo não zeram, em função de que as mesmas ocorrem, algumas vezes, no mesmo grupo ou relacionam-se com grupos diversos (como por exemplo, transferências entre o Imobilizado x Intangível).



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Porém, as transferências zeram, quando visualizadas no conjunto dos grupos (Ativo Financeiro, Imobilizado e Intangível), conforme demonstrado no quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	31.12.2013							Total
	EM SERVIÇO			EM CURSO			Total	
	VALOR HISTÓRICO	DEPRECIÇÃO/ AMORTIZAÇÃO	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	VALOR LÍQUIDO	VALOR HISTÓRICO	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS		
Grupos								
Ativo Financeiro Concessão	999.352	-	(6.276)	993.076	(412.931)	6.271	(406.660)	586.416
Intangível - vinculados à concessão	(576.170)	10.687	(471)	(565.954)	(24.032)	475	(23.557)	(589.511)
Intangível - não vinculados à concessão	1.591	-	-	1.591	(2.494)	-	(2.494)	(903)
Imobilizado	35.777	(10.688)	-	25.089	(21.091)	-	(21.091)	3.998
Total	460.550	(1)	(6.747)	453.802	(460.548)	6.746	(453.802)	-

DESCRIÇÃO	31.12.2012							Total
	EM SERVIÇO			EM CURSO			Total	
	VALOR HISTÓRICO	DEPRECIÇÃO/ AMORTIZAÇÃO	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	VALOR LÍQUIDO	VALOR HISTÓRICO	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS		
Grupos								
Ativo Financeiro Concessão	429.037	-	(182.431)	246.606	(424.805)	182.424	(242.381)	4.225
Intangível - vinculados à concessão	46.572	-	(22.432)	24.140	(46.060)	22.438	(23.622)	518
Intangível - não vinculados à concessão	14.032	-	-	14.032	(13.835)	-	(13.835)	197
Imobilizado	14.576	1	-	14.577	(19.517)	-	(19.517)	(4.940)
Total	504.217	1	(204.863)	299.355	(504.217)	204.862	(299.355)	-

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Resolução Normativa nº 367, de 2 de junho de 2009. As taxas anuais estão determinadas na tabela anexa a Resolução ANEEL nº. 474, de 07 de fevereiro de 2012.

Não houve capitalização de juros nos exercícios de 2013 e 2012.

NOTA 14 – ANÁLISE DO VALOR DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS NÃO FINANCEIRO

Com base nas premissas determinadas e nos resultados dos cálculos efetuados pela Administração da Companhia, concluiu-se que o valor do resultado encontrado demonstra que o fluxo de caixa descontado acumulado (VP dos Ativos) da Eletrobras Amazonas Energia - Distribuição e do Capital de Giro (CG) não supera o somatório do ativo testado



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

no valor de R\$ 37.607 (conforme Nota Técnica de Avaliação de *Impairment* da Companhia do período de 2013-2015).

Portanto, os números testados, no exercício de 2013, demonstram a indicação de perdas na realização de ativos (Provisão para Perda do Ativo Intangível - *Impairment*) no montante de R\$ 405.555, sendo R\$ 22.137 na Geração e R\$ 383.418 na Distribuição.

A Companhia avaliou o valor de recuperação dos seus ativos com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas na unidade geradora de caixa da Distribuição:

a) Para o exercício de 2013 foi considerado o resultado contábil realizado até dezembro/13, sendo que:

- I. Não foram consideradas as Recuperações de Despesas;
- II. Provisões e Reversões: só foram adicionados os valores de provisão e reversão para "crédito de liquidação duvidosa";
- III. Depreciação: foram considerados os valores registrados no balanço;
- IV. Pessoal, Material, Serviço de Terceiros e Outros - PMSO: foram retiradas todas as recuperações de despesas diversas que afetavam diretamente o PMSO;
- V. Resultado financeiro e Outras Despesas (antigo Resultado Não Operacional): por se tratar de rubricas que não contribuem para o cálculo do *impairment*, estes valores não foram projetados;
- VI. Foram testados o Ativo Intangível, em curso e em serviço. Adotou-se o saldo realizado do mês de dezembro/2013.

b) Para o período de janeiro de 2014 a junho de 2015 as projeções foram compostas da seguinte forma:

- I. Mercado e perdas de energia: considerou-se a energia requerida bruta quantificada a 10.007.508 MWh. Para a definição do mercado considerou-se o percentual de perdas enviado pela holding Eletrobras.
- II. Tarifa de energia: Para o exercício de 2013 foi aplicado a tarifa média bruta de janeiro a dezembro de 2013 no valor de R\$/MWh 292,07. Para o ano de 2014 considerou-se a tarifa bruta de novembro de 2013 no valor de R\$/MWh 284,6. Desta forma, espera-se que a tarifa média bruta de energia de 2013 no valor de



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

- R\$/MWh 292,07 reduza para R\$/MWh 284,6 em 2014. Esta redução ocorrida em 2014 foi restabelecida em 2015 para manter o equilíbrio tarifário;
- III. Receita de fornecimento: observa-se um incremento de valores a partir dos custos dos novos encargos setoriais, decorrentes do processo de interligação ao SIN (Sistema Interligado Nacional), que por sua vez, o efeito foi neutralizado, posto que também foram considerados na despesa;
- IV. Não foi considerada a Receita Líquida Agregada;
- V. Os valores de Outras Receitas estão de acordo com o orçamento aprovado para 2014;
- VI. Subvenção da CDE (reposição do Equilíbrio tarifário): No 3º ciclo da revisão tarifária periódica - RTP da Amazonas, a ANEEL considerou essa receita como um componente financeiro, ou seja, não foi incorporada à base econômica da tarifa, sendo assim, foi considerada como outra receita e incluso no item outras receitas para 2014 e 2015;
- VII. Deduções: foram consideradas como parâmetro para o cálculo das deduções da receita o valor do percentual médio de 30,02% realizado de janeiro a novembro de 2013 (vide tabela a seguir). Cabe ressaltar que foi mantido esse mesmo percentual para de 2014 e 2015 uma vez que não se espera mudança significativa nessas deduções.
- VIII. Considerou-se que a partir de 2014 a Companhia estará inserida no SIN, o que acarreta a entrada de novos encargos, como por exemplo, o PROINFA, o qual já está contemplado no orçamento e também inserido nesse estudo;
- IX. Compra de Energia: A energia comprada em MWh é valorada pelo custo ACR. Foi considerada o valor do ACR constante no processo do 3º ciclo da RTP do Amazonas ocorrido em novembro de 2013 no valor de 155,87 R\$/MWh. Esse valor foi mantido para os anos de 2014 e 2015.
- X. PMSO: terão um aumento em 2014 da ordem de R\$ 26.286 em comparação à realização de 2013. Este aumento decorre principalmente da variação positiva da rubrica Serviços de Terceiros. Importante frisar que o Programa de Incentivo ao Desligamento (PID) ocorrido em 2013 não será continuado em 2014. Para as rubricas de Material, Serviços de Terceiros, e Outros foram utilizados os valores do Orçamento aprovado para o exercício de 2014 enquanto que para a rubrica pessoal de 2014 foi considerado o mesmo valor esperado para 2013. Em 2015, em função do fim da concessão, foi considerado apenas 50% desse valor;
- XI. Não foram considerados O&M adicionais;
- XII. Depreciação: Foi considerado o mesmo valor do exercício de 2013;
- XIII. Depreciação adicional: foi desconsiderada para o cálculo;
-



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

- XIV. Para composição das provisões referente à inadimplência utilizou-se o mesmo percentual para Receita Irrecuperável realizado no exercício de 2013 de 2,38 %;
- XV. Os valores do capital de giro foram extraídos do balanço de 2013 e as projeções conforme sensibilidade estabelecida pela holding;
- XVI. Taxa de desconto: foi utilizado o WACC de (6,61%), definido pela Holding para as empresas de distribuição de energia elétrica;
- XVII. Testou-se o ativo intangível em serviço e em curso com base em 31 de dezembro de 2013.
- XVIII. CAPEX: Não foram considerados novos investimentos.

NOTA 15 – FORNECEDORES

As obrigações com fornecedores decorrem da compra de energia elétrica para revenda e pelo fornecimento de materiais e serviços. As obrigações com fornecedores estão compostas da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	31.12.2013	31.12.2012
PASSIVO CIRCULANTE		
Fornecedores de materiais e serviços nacionais (a)	4.603.744	2.885.704
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	564	57
Parcelamentos Petrobras (b)	236.696	52.159
Total	4.841.004	2.937.920
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Parcelamentos Petrobras (b)	599.631	-
Total	599.631	-

- a) O aumento nesta rubrica é decorrente, substancialmente, da inadimplência com a Petrobras e Cigás (cujo montante das dívidas neste exercício são respectivamente R\$ 2.416.220 e R\$ 1.828.178).

A inadimplência com a Petrobras é oriunda da demora no repasse dos recursos financeiros advindos da CCC, tendo em vista que há um lapso temporal de pelo menos dois meses entre a verificação dos custos e o efetivo recebimento do crédito. Além disso, o atual regramento da CCC, não contempla todos os componentes dos custos com combustíveis ao utilizar como parâmetro a energia gerada, o consumo específico e a limitação dos preços de referencia fazendo desta forma, que a Companhia assuma custos não reconhecidos nas tarifas pagas pelos consumidores locais, motivo pelo qual a CCC não está conseguindo dar o devido equilíbrio econômico à concessão.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Essas obrigações estão sendo atualizadas monetariamente, pela taxa selic, em contrapartida na rubrica de Despesas Financeiras, no Resultado.

- b) Esses parcelamentos referem-se a dois Instrumentos Particulares de Confissão de Dívida e respectivos parcelamentos firmados com a Petrobras Distribuidora S/A., relativos ao fornecimento de produtos derivados de petróleo. Os referidos débitos foram corrigidos pela Taxa SELIC. Os instrumentos estão sendo amortizados em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas, pela variação pro rata dia, considerado desde as datas da assinatura dos contratos até as datas dos seus respectivos vencimentos. O primeiro contrato teve a sua primeira parcela vencida em 30/01/2009 e a última parcela venceu em 30/12/2013. O segundo contrato, no montante de R\$ 849.636, foi assinado em 27 de março de 2013, e o vencimento da primeira parcela foi em 28/03/2013 e a última parcela vencerá em 27/02/2018.

NOTA 16 – FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos e financiamentos obtidos são reconhecidos pelo valor justo no recebimento dos recursos, líquido dos custos da transação e passam a ser mensurados pelo custo amortizado, sendo acrescido de encargos, juros e variações monetárias e/ou cambiais, incorridos. A garantia dos empréstimos é a vinculação da receita própria da Companhia. As obrigações com empréstimos e financiamentos estão demonstradas a seguir:

a) Composição:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

FINANCIADORES	Encargos Financeiros anuais (%)	31.12.2013			31.12.2012				
		Circulante		Total	Circulante		Total		
		Encargos	Principal		Encargos	Principal			
MOEDA NACIONAL									
ELETROBRÁS		-	472.434	715.349	1.187.783	5.269	265.112	758.962	1.029.343
.ECF-1554/97	12,00	0	4.057	7.309	11.366	153	3.962	11.365	15.480
.ECF-2057/00	7,00	0	11.764	9.804	21.568	200	12.745	21.568	34.513
.ECF-2082/01	7,00	0	2.780	7.644	10.424	78	3.011	10.423	13.512
.ECF-2116/01	7,00	0	2.262	18.469	20.731	135	2.450	20.731	23.316
.ECF-2117/01	7,00	0	2.247	2.246	4.493	40	2.434	4.493	6.967
.ECF-2131/02	7,00	0	710	414	1.124	11	769	1.124	1.904
.ECF-2132/02	7,00	0	422	246	668	7	457	668	1.132
.ECF-2133/02	7,00	0	900	2.100	3.000	23	975	3.000	3.998
.ECF-2267/03	7,00	0	4.436	26.986	31.422	211	4.806	31.422	36.439
.ECF-2286/03	7,00	0	1.495	125	1.620	19	1.620	1.620	3.259
.ECF-2292/03	7,00	0	91	98	189	2	98	189	289
.ECF-2299/03	7,00	0	2.596	216	2.812	32	2.812	2.812	5.656
.ECF-2301/03	7,00	0	23.692	1.873	25.565	299	25.667	25.667	51.633
.ECF-2327/04	7,00	0	4.989	2.079	7.068	72	5.405	7.068	12.545
.ECF-2330/04	7,00	0	619	671	1.290	11	671	1.290	1.972
.ECF-2331/04	7,00	0	36	39	75	1	39	76	116
.ECF-2332/04	7,00	0	485	526	1.011	9	525	1.011	1.545
.ECF-2345/04	7,00	0	474	514	988	9	514	988	1.511
.ECF-2447/04	7,00	0	1.217	811	2.028	19	1.318	1.927	3.264
.ECF-2452/04	7,00	0	336	2.041	2.377	16	363	2.377	2.756
.ECF-2459/05	7,00	0	3.845	25.951	29.796	198	4.165	29.796	34.159
.ECF-2461/04	7,00	0	138	-	138	11	1.787	137	1.935
.ECF-2463/05	7,00	0	412	-	412	34	5.353	412	5.799
.ECF-2571/06	7,00 + CRC ¹	0	3.650	6.387	10.037	92	3.954	10.037	14.083
.ECF-2572/06	7,00 + CRC ¹	0	680	1.190	1.870	15	737	1.870	2.622
.ECF-2573/06	7,00 + CRC ¹	0	2.004	3.506	5.510	54	2.171	5.510	7.735
.ECF-2642/07	7,00 + CRC ¹	0	9.026	15.795	24.821	202	9.778	24.820	34.800
.ECF-2644/07	7,00 + CRC ¹	0	1.329	8.972	10.301	69	1.440	10.301	11.810
.ECF-2645/07	7,00 + CRC ¹	0	682	4.607	5.289	35	739	5.289	6.063
.ECF-2653/07	7,00 + CRC ¹	0	1.229	2.150	3.379	27	1.331	3.379	4.737
.ECF-2672/07	Selic + Spread	0	1.329	2.658	3.987	32	1.369	4.059	5.460
.ECF-2707/08	7,00 + CRC ¹	0	6.067	19.719	25.786	73	4.466	25.307	29.846
.ECF-2712/08	7,00 + CRC ¹	0	2.874	5.748	8.622	69	3.113	8.622	11.804
.ECF-2719/08	7,00 + CRC ¹	0	1.416	3.068	4.484	35	1.534	4.484	6.053
.ECF-2748/09	7,00 + CRC ¹	0	245	532	777	9	266	777	1.052
.ECF-2765/09	7,00 + CRC ¹	0	16.922	54.997	71.919	104	4.431	25.110	29.645
.ECF-2766/09	7,00 + CRC ¹	0	21.259	68.646	89.905	131	5.587	31.662	37.380
.ECF-2770/09	7,00 + CRC ¹	0	280	747	1.027	8	304	1.027	1.339
.ECF-2777/09	7,00 + CRC ¹	0	2.668	7.115	9.783	74	2.891	9.783	12.748
.ECF-2782/09	7,00 + CRC ¹	0	15.742	39.354	55.096	398	16.324	52.740	69.462
.ECF-2783/09	7,00 + CRC ¹	0	1.306	3.375	4.681	36	1.415	4.682	6.133
.ECF-2814/11	7,00 + CRC ¹	0	1.323	4.302	5.625	10	904	5.123	6.037
.ECF-2827/10	7,00 + CRC ¹	0	-	8.875	8.875	0	-	-	-
.ECF-2841/11	7,00 + CRC ¹	0	2.189	7.116	9.305	16	1.305	7.394	8.715
.ECF-2843/10	7,00 + CRC ¹	0	4.748	14.243	18.991	42	2.852	11.407	14.301
.ECF-2862/10	7,00 + CRC ¹	0	562	4.494	5.056	9	562	5.056	5.627
.ECF-2864/10	7,00 + CRC ¹	0	82	659	741	1	82	741	824
.ECF-2875/10	7,00 + CRC ¹	0	332	2.818	3.150	19	166	3.150	3.335
.ECF-2883/10	7,00 + CRC ¹	0	428	4.749	5.177	13	-	1.645	1.658
.ECF-2887/10	7,00 + CRC ¹	0	135	1.145	1.280	8	67	1.280	1.355
.ECF-2891/10	7,00 + CRC ¹	0	172	1.461	1.633	10	86	1.633	1.729
.ECF-2899/10	7,00 + CRC ¹	0	3.000	9.000	12.000	96	3.000	12.000	15.096
.ECF-2903/10	7,00 + CRC ¹	0	-	9.171	9.171	0	-	-	-
.ECF-2910/11	7,00 + CRC ¹	0	500	4.249	4.749	36	417	4.583	5.036
.ECF-2915/11	7,00 + CRC ¹	0	9.911	29.732	39.643	316	9.911	39.643	49.870
.ECF-2923/11	7,00 + CRC ¹	0	4.179	20.896	25.075	141	-	18.054	18.195
.ECF-2925/11	7,00 + CRC ¹	0	84	704	788	5	48	675	728
.ECF 3016/12	Selic + Spread	0	-	1.470	1.470	0	-	-	-
.ECF 3023/12	Selic + Spread	0	101.916	-	101.916	649	101.916	-	102.565
.ECF 3025/12	Selic + Spread	0	47.391	189.564	236.955	845	-	236.955	237.800
.RES 0392/13	Selic + Spread	0	133.900	-	133.900	0	-	-	-
.RES 0497/13	Selic + Spread	0	2.416	1.098	3.514	0	-	-	-
.RES 0634/13	Selic + Spread	0	455	341	796	0	-	-	-
.RES 0893/13	Selic + Spread	0	-	27.534	27.534	0	-	-	-
.RES 0949/13	Selic + Spread	0	-	13.000	13.000	0	-	-	-
Divida em Moeda Nacional		-	472.434	715.349	1.187.783	5.269	265.112	758.962	1.029.343
Total		-	472.434	715.349	1.187.783	5.269	265.112	758.962	1.029.343

¹ Comissão de reserva de crédito 1% (um por cento) ao ano calculada sobre o saldo não desembolsado do crédito



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

b) A composição do principal dos empréstimos e financiamentos em longo prazo, tem seus vencimentos assim programados:

VENCIMENTOS DAS PARCELAS DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE

	31.12.2013	31.12.2012
2014	-	204.573
2015	220.652	173.387
2016	204.443	148.209
2017	147.705	116.854
Após 2017	142.549	115.939
Total	715.349	758.962

c) A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

DESCRIÇÃO	31.12.2013		31.12.2012	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Saldo no início do exercício	270.381	758.962	102.072	452.759
Empréstimos e Financiamentos obtidos	133.900	201.153	101.916	456.913
Transferências	246.656	(246.656)	157.079	(157.079)
Encargos financeiros provisionados	88.256	1.890	47.556	6.369
Encargos financeiros pagos	(93.525)	-	(42.287)	-
Amortização de financiamentos	(173.234)	-	(95.955)	-
Saldo no final do período	472.434	715.349	270.381	758.962

d) A composição do saldo da dívida, por indexador está demonstrada abaixo:

Composição do saldo da dívida, por indexador:

Indexador	31.12.2013		31.12.2012	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Índice de Atualização da RGR	1.187.783	100,00%	1.029.343	100,00%
Total	1.187.783	100,00%	1.029.343	100,00%
Principal	1.187.783	100%	1.024.074	99%
Encargos	-	0%	5.269	1%
Total	1.187.783	100,00%	1.029.343	100,00%



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

NOTA 17 – ARRENDAMENTO MERCANTIL

Os arrendamentos são classificados como financeiros quando os termos dos respectivos contratos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacional.

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear, pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

Os ativos adquiridos através do arrendamento financeiro são depreciados com base na vida útil econômica dos ativos.

Com base nas premissas do CPC 06 (R1) – Operações de Arrendamento Mercantil, a Companhia avaliou todos os critérios definidos pelo referido Pronunciamento para os contratos listados a seguir:

31.12.2013					
CONTRATO	Taxa	Taxa do período	Circulante	Não circulante	Total
OC 1815/2005	IGPM	5,40	36.624	381.503	418.127
OC 1816/2005	IGPM	5,40	35.495	369.739	405.234
OC 1819/2005	IGPM	5,40	40.898	426.024	466.922
OC 1820/2005	IGPM	5,40	32.893	342.639	375.532
OC 1821/2005	IGPM	5,40	35.686	371.723	407.409
Total			181.596	1.891.628	2.073.224

31.12.2012					
CONTRATO	Taxa	Taxa do período	Circulante	Não circulante	Total
OC 1815/2005	IGPM	7,56	32.902	375.635	408.537
OC 1816/2005	IGPM	7,56	31.981	365.112	397.093
OC 1819/2005	IGPM	7,56	36.520	416.933	453.453
OC 1820/2005	IGPM	7,56	29.577	337.675	367.252
OC 1821/2005	IGPM	7,56	31.949	364.749	396.698
Total			162.929	1.860.104	2.023.033

O valor nominal utilizado no cálculo dos ativos e passivos originados pelos referidos contratos foi encontrado tomando como referência o valor fixado para a contratação de potencia mensal contratada, multiplicada pela capacidade instalada (60 a 65 MW) e pela quantidade de meses de vigência do contrato.

a) O vencimento das parcelas do Passivo Não Circulante está assim programado:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

VENCIMENTOS DAS PARCELAS DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE

	31.12.2013	31.12.2012
2014	-	162.929
2015	181.596	162.929
2016	181.596	162.929
2017	181.596	162.929
Após 2017	1.346.840	1.208.388
Total	1.891.628	1.860.104

b) A movimentação dos arrendamentos financeiros é como segue:

Saldo em 31.12.2012	2.023.033
Ingressos	-
Encargos	209.509
Varição monetária	170.262
(-) Amortizações	(329.580)
Saldo em 31.12.2013	2.073.224
Saldo em 31.12.2011	1.918.541
Ingressos	-
Encargos	299.932
Varição monetária	112.220
(-) Amortizações	(307.660)
Saldo em 31.12.2012	2.023.033

c) A conciliação entre o total dos pagamentos mínimos futuros do arrendamento financeiro da Companhia e o seu valor presente, está demonstrada no quadro abaixo:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

DESCRIÇÃO	31.12.2013	31.12.2012
Menos de um ano	321.758	298.231
Mais de um ano e menos de cinco anos	1.608.784	1.491.157
Mais de cinco anos	1.742.850	1.913.652
Encargos de financiamentos futuros sobre os arrendamentos financeiros	209.509	299.932
Ajuste a valor presente	(1.809.677)	(1.979.939)
Total de pagamentos mínimos de arrendamento financeiro	2.073.224	2.023.033
Menos de um ano (Circulante)	181.596	162.929
Não Circulante	1.891.628	1.860.104
Mais de um ano e menos de cinco anos	907.981	814.644
Mais de cinco anos	983.647	1.045.460
Valor presente das obrigações de arrendamento financeiro	2.073.224	2.023.033

NOTA 18 – ENCARGOS SETORIAIS

DESCRIÇÃO	31.12.2013	31.12.2012
Quota da Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	6.352
Total	-	6.352

A Companhia está desobrigada do pagamento deste encargo, conforme o artigo 6º, da Resolução Homologatória ANEEL nº 1.454, de 24 de janeiro de 2013, o qual transcrevemos abaixo:

Art. 6º A partir do mês de fevereiro, a Amazonas Energia fica isenta de pagamento da quota anual da Conta de Consumo de Combustíveis – CCC.

NOTA 19 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

DESCRIÇÃO	31.12.2013	31.12.2012
PASSIVO CIRCULANTE		
Imposto de Renda	2.392	571
Tributos federais a recolher - MP 135/03	38.438	29.274
FGTS	2.101	1.976
ISS	7.360	6.114
INSS	8.176	7.932
ICMS	4.312	961
Outros	448	422
Total	63.227	47.250



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

NOTA 20 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

O saldo está composto desta forma:

DESCRIÇÃO	31.12.2013	31.12.2013	31.12.2012
	Circulante	Não Circulante	Circulante
Encargos Sociais - INSS	4.448	-	4.421
Encargos Sociais - FGTS	1.353	-	1.345
SESI/SENAI/FNDE	457	-	454
Provisão de Férias	12.044	-	11.977
Provisão - Gratificação de Férias	4.866	-	4.835
Plano de Incentivo ao Desligamento - PID - Provisão e PPRS (a)	3.369	4.849	-
Folha de Pagamento	21.491	-	17.098
Total	48.028	4.849	40.130

- a) O Plano de Incentivo ao Desligamento (PID) das Empresas do grupo Eletrobras nasceu por uma prerrogativa definida pela Diretoria Executiva visando a otimização do quadro de pessoal, além disso, o PID é parte integrante de do Plano Diretor de Negócios e Gestão 2013-2017, divulgado ao mercado final de março de 2013. O objetivo do referido plano é a redução de despesas de pessoal, porém planejado de modo a preservar a competência técnica construída dentro das empresas, de modo a evitar a descontinuidade das atividades. O período de adesão foi de 10/06 a 10/07/2013, com 143 adesões sendo que os desligamentos serão realizados a pedido dos empregados, conforme previsto em legislação trabalhista vigente. A data de desligamento foi proposta pelo empregado no momento da adesão, de acordo com as etapas e turmas de desligamento que iniciaram em julho/2013 e término até novembro/2014.

NOTA 21 – OUTROS PASSIVOS

Os diversos débitos classificados no Passivo Circulante e Não Circulante apresentam o seguinte perfil:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

DESCRIÇÃO	31.12.2013		31.12.2012	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações com coligadas/controladas/controladoras (a)	721.666	-	445.305	-
Credores Diversos	1.453	-	1.442	-
Multas Ambientais	400	-	400	-
Juros do Empréstimo Compulsório -ELETROBRAS	713	-	713	-
Contribuição de Iluminação Pública Arrecadada	5.033	-	10.950	-
Parcelamento de Multas - ANEEL	25.868	-	23.217	-
Pesquisa & Desenvolvimento - P&D (b)	17.801	7.156	13.803	6.401
Programa de Eficiência Energética - PEE (c)	26.837	16.734	19.803	14.758
Encargos Ex - isolados	-	-	283	-
Outros (d)	49.042	-	24.187	-
Total	848.812	23.890	540.103	21.159

a) Obrigações com Coligadas/Controladas/Controladoras

FINANCIADORES	31.12.2013	31.12.2012
	Principal	Principal
MOEDA NACIONAL		
Empregados cedidos - Eletronorte	243	508
Materiais em poder de terceiros	30	30
CERON *	1.387	6.280
Provisão dos PIES - ELB**	696.339	414.820
Reembolso Eletronorte ***	23.667	23.667
Total	721.666	445.305

(*) O valor de R\$ 1.387 refere-se ao saldo decorrente da celebração de contrato entre esta Companhia e a Centrais Elétricas de Rondônia (CERON) referente à aquisição de grupos geradores para instalação no parque de geração do interior do Estado do Amazonas, na área de concessão da Amazonas Energia.

(**) Refere-se às obrigações que a Companhia possui com os Produtores Independentes, tendo em vista que a holding Eletrobras, por ser a garantidora desses contratos determinou que a Companhia reclassificasse estes valores de obrigações com fornecedores para esta rubrica de obrigações com a controladora.

(***) O valor de R\$ 23.667 refere-se ao ressarcimento pela Companhia à ELETRONORTE referente aos gastos relacionados com a recuperação/revitalização da UTE Electron, conforme Resolução de Diretoria Executiva nº 158/2012.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

b) Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

A Lei n ° 9.991, de 24 de julho de 2000, que dispõe sobre a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica.

c) Programa de Eficiência Energética - PEE

A Companhia reconheceu o passivo relacionado a valores já faturados em tarifas (1% da ROL), mas ainda não aplicados nos Programas de Eficientização Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL n.ºs. 300/2008 e 316/2008.

d) Outros

Do montante de R\$ 49.042 do Passivo Circulante, R\$ 16.434 refere-se à processo de causa trabalhista, tendo em vista que estes valores serão pagos nos próximos doze meses.

NOTA 22 – PROVISÕES PARA CAUSAS JUDICIAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

a) Composição:

DESCRIÇÃO	31.12.2013		31.12.2012	
	Provisão para Causas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Causas Judiciais	Depósitos Judiciais
Trabalhista	58.473	100.408	97.009	65.085
Cíveis	213.483	168.716	199.640	123.047
Tributárias	1.659	-	1.569	-
Outros	-	1.089	-	1.930
Total	273.615	270.213	298.218	190.062

O acréscimo da rubrica de Depósitos Judiciais foi decorrente do aumento de processos, sendo os mais relevantes:

- R\$ 10.661 referente à Ação Anulatório Execução Fiscal do Auto de Infração AI 022/07-SFG referente à suposto consumo a maior de combustíveis, das usinas geradoras da capital, sem a cobertura da CCC de 1999 a 2005 e sua reposição à CCC;



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

- b. R\$ 1.786 referente à Ação Ordinária anulatória referente ao processo administrativo 10283000376/2009-95 que versa sobre Declaração de Compensação sobre PIS não homologada
- c. R\$ 1.891 referente à ação cível por reparação de danos materiais e morais;
- d. R\$ 3.000 e R\$ 1.951 referentes aos Autos de Infração nº 231/2012-PROCON/AM e nº 086/2012-SFE - ANEEL em função de descontinuidade do serviço de energia elétrica;
- e. R\$ 5.002 referente à Ação Anulatória do Auto de Infração AI-013/2013-ANEEL aplicado por conta da Fiscalização nas medições amostrais, ano 2011, para verificação do nível de tensão;

Vale ressaltar que do montante de R\$ 270.213 de depósitos judiciais, R\$ 56.714 refere-se aos depósitos da ANEEL, tendo em vista que estes valores referem-se a autos de infração os quais a Companhia recorreu da decisão, e para tanto, foi necessário realizar o depósito integral dos valores constantes nos autos de infração. Tais valores encontram-se na esfera administrativa e não há um prognóstico correspondente.

b) Movimentação dos saldos:

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir:

DESCRIÇÃO	Saldo em 31.12.2012	Adições	Reversões	Atualizações	Pagamentos	Transferências*	Saldo em 31.12.2013
Trabalhistas (a)	97.009	14.599	(33.083)	(2.675)	(943)	(16.434)	58.473
Cíveis (b)	199.640	43.145	(29.829)	904	(377)	-	213.483
Tributárias	1.569	-	(7)	97	-	-	1.659
Saldo final	298.218	57.744	(62.919)	(1.674)	(1.320)	(16.434)	273.615

* O valor de R\$ 16.434 das transferências refere-se à causas trabalhistas, que foi reclassificada para a rubrica de Outros Passivos Circulante.

- a) Do montante de R\$ 33.083 (reversões), R\$ 16.027 mil refere-se à reversão do processo trabalhista (Curva Tamburello), R\$ 3.788 e R\$ 3.051 referentes ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Amazonas (STIU/AM) os quais pleiteavam o pagamento de periculosidade aos funcionários e R\$ 8.503 refere-se a processo impetrado por danos morais e periculosidade.
- b) Do saldo de R\$ 29.829 (líquido das entradas e saídas das reversões), os maiores valores referem-se a processos que antes estavam classificados como prováveis e no exercício de 2013 foram reclassificados para possíveis, sendo os mais relevantes:
 - R\$ 17.602 refere-se à ação indenizatória por danos morais impetrada por cliente industrial. A mudança no grau de risco deste processo se deu em razão da morosidade do referido cliente industrial, o qual ainda não recolheu as custas processuais em sua totalidade, mesmo após reiteradas decisões para tanto, encontrando-se o processo sem andamentos.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

- R\$ 14.460 refere-se ao processo decorrente de anulação de ato administrativo da Amazonas Energia (inadimplemento de Contrato por atraso no início da operação comercial da UTE Ponta Negra). A mudança de prognóstico ocorreu em razão de uma análise mais recente e aprofundada do andamento de referido processo, uma vez que as ações semelhantes a estas geralmente não são providas na totalidade. Sempre há alterações em relação a juros, honorários, etc.

c) Natureza das causas:

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada na opinião de seus consultores jurídicos externos.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

- Trabalhistas e previdenciárias - consistem em reclamações de empregados, vinculadas a questões ligadas a rescisões contratuais de trabalho.
- Cíveis - as principais ações têm por objeto pedido de indenização por danos materiais e morais, e ação de cobrança de valores decorrentes de reequilíbrio ou reajuste de contratos.
- Fiscais/Tributárias - os principais processos tributários envolvem compensações não homologadas de PIS e COFINS, cobranças de contribuição previdenciária indevida, autuações pela escrituração extemporânea de créditos de ICMS, exigência de estorno de crédito de ICMS sobre perdas de energia, aproveitamento de créditos de ICMS em razão dos subsídios da CCC, cobrança de ISS sobre serviços acessórios do serviço de distribuição de energia elétrica, cobranças de salário-educação de empregados, ITR sobre área alagada por hidroelétrica, pedido de devolução de PIS e COFINS pagos a maior em face de inconstitucional majoração de base de cálculo, além de execuções fiscais diversas e processos em que os consumidores buscam ressarcimento da taxa da iluminação pública ou da COSIP paga.

d) Outras informações:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Quantidade de processos judiciais em 31.12.13				
Probabilidade de perda				
DESCRIÇÃO	Provável	Possível	Remota	Total
Trabalhistas	452	936	20	1.408
Cíveis	720	1.466	72	2.258
Tributárias	3	46	47	96
Total	1.175	2.448	139	3.762

Quantidade de processos judiciais em 31.12.12				
Probabilidade de perda				
DESCRIÇÃO	Provável	Possível	Remota	Total
Trabalhistas	452	1.036	20	1.508
Cíveis	849	1.139	118	2.106
Tributárias	4	62	92	158
Total	1.305	2.237	230	3.772

A Companhia apresenta, a seguir, os processos trabalhistas, cíveis e tributários, cuja avaliação de risco de perda avaliada pelos assessores jurídicos é possível ou remota:

DESCRIÇÃO	31.12.2013		31.12.2012	
	Possíveis	Remotas	Possíveis	Remotas
Trabalhistas	119.146	712	74.818	1.044
Cíveis (a)	937.749	53.351	684.554	53.738
Tributárias (b)	1.777.147	1.495.186	4.679.856	400.946
Total	2.834.042	1.549.249	5.439.228	455.728

- a) O aumento das causas possíveis cíveis ocorreu em função de que em 2013 foram interpostas contra a Amazonas Energia S/A várias ações cíveis, que após a análise dos escritórios jurídicos, os quais levam em consideração a experiência, a confiabilidade e a sensibilidade dos advogados em cada tipo de processo, jurisprudências e legislação, sendo esta uma condição descrita no CPC 25, decidiram classificar conforme os critérios e o objeto de cada ação, um número maior de processos Cíveis como "Possíveis".
- b) Refere-se a processos de tributos federais, estaduais e municipais que se encontram na esfera administrativa, destacando-se entre os principais a Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas – SEFAZ, com oito processos, no montante de 1.360.636 impetrados pela cobrança de valores de créditos de ICMS aproveitados pela empresa em vários exercícios, cujo custo efetivo não foi pela Companhia suportado, em razão dos subsídios recebido da CCC, e outros créditos de ICMS que deixaram de ser estornados pela Companhia, em virtude de perdas técnicas e comerciais na distribuição de energia elétrica. A redução significativa nos processos tributários



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

possíveis ocorreu em função de que vários processos que estavam classificados como possíveis, sendo os valores mais relevantes no montante aproximado de 2.057.409, tiveram suas sentenças definitivas a favor da Companhia (as ações foram julgadas improcedentes e, portanto, arquivadas). Além disso, os dois processos referentes à ICMS, semelhantes a estes que tiveram ganho de causa a favor da Concessionária, no montante de R\$ 1.069.814, os quais ainda não foram julgados, foram reclassificados de "possível" para "remoto".

NOTA 23 – ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Composição:

Saldo em 31.12.2011	63.919
Liberção - Res 966/2012	208.340
Atualização monetária - ECF 2768/09	5.428
Saldo em 31.12.2012	277.687
Atualização monetária	1.567
Capitalização do ECF 2768/09	(70.914)
Capitalização do AFAC RES 966/12	(208.340)
Saldo em 31.12.2013	-

Conforme Resolução da Diretoria Executiva nº 966/2012, de 25 de outubro de 2012, da Eletrobras, houve a concessão de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, no valor total de R\$ 208.340 através de recursos ordinários destinados à execução do Programa de Investimentos nos meses de outubro a dezembro de 2012.

Por meio da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 28 de outubro de 2013, foi aprovado o aumento do capital social da Amazonas Energia, mediante a capitalização do valor de R\$ 279.254, já aportados pela Eletrobras a título de AFAC.

NOTA 24 – CONCESSÕES A PAGAR

DESCRIÇÃO	31.12.2013	31.12.2012
Contrato de Concessão Oneroso	295.259	279.392

Este valor refere-se ao excedente do teste de recuperabilidade aplicado nos ativos do grupo Intangível da atividade de Distribuição. Os lançamentos são realizados para zerar a movimentação do intangível em serviço e em curso da distribuição.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

NOTA 25 – COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

Os compromissos de longo prazo da Companhia, relacionados a contratos de compra de energia elétrica, combustível e gás são:

31.12.2013

Gerador da Energia	Breitener Tambaqui	Breitener Jaraqui	Rio Amazonas Energia S.A	Cia Energética Manauara	GERA	Total
2015						
Volume MW	525.600	525.600	569.400	525.600	525.600	2.671.800
Preço MWh	0,24	0,24	0,23	0,21	0,22	0,23
Total	126.144	126.144	130.962	110.376	115.632	614.514
2016						
Volume MW	527.040	527.040	570.960	527.040	527.040	2.679.120
Preço MWh	0,25	0,25	0,25	0,23	0,23	0,24
Total	131.760	131.760	142.740	121.219	121.219	642.989
2017						
Volume MW	525.600	525.600	569.400	525.600	525.600	2.671.800
Preço MWh	0,27	0,27	0,26	0,24	0,25	0,26
Total	141.912	141.912	148.044	126.144	131.400	694.668
2018						
Volume MW	525.600	525.600	569.400	525.600	525.600	2.671.800
Preço MWh	0,28	0,28	0,27	0,25	0,26	0,27
Total	147.168	147.168	153.738	131.400	136.656	721.386
2019						
Volume MW	525.600	525.600	569.400	525.600	525.600	2.671.800
Preço MWh	0,30	0,30	0,29	0,27	0,28	0,29
Total	156.764	156.926	164.887	139.661	145.080	774.822
Após 2019						
Volume MW	2.848.320	2.631.180	2.850.445	2.631.180	2.631.180	13.592.305
Preço MWh	2,16	2,99,10	2,90,12	2,66,22	2,76,54	2,24,26
Total	6.152.371	786.985.938	826.971.103	700.472.740	727.626.517	3.048.210.319
Prazo Final do Contrato	04/05/2025	04/05/2025	20/05/2025	20/05/2025	20/05/2025	

No quadro abaixo está demonstrado os compromissos de longo prazo referente ao contrato com a Companhia de Gás do Amazonas – CIGÁS:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

31.12.2013		
Fornecedor		Cigás
2015	Volume 1.000 m ³	1.825.000
	Preço R\$/ m ³	1,22
	Total Mil R\$	2.226.500
2016	Volume 1.000 m ³	1.830.000
	Preço R\$/ m ³	1,22
	Total Mil R\$	2.232.600
2017	Volume 1.000 m ³	1.825.000
	Preço R\$/ m ³	1,22
	Total Mil R\$	2.226.500
2018	Volume 1.000 m ³	1.825.000
	Preço R\$/ m ³	1,22
	Total Mil R\$	2.226.500
2019	Volume 1.000 m ³	1.830.000
	Preço R\$/ m ³	1,22
	Total Mil R\$	2.232.600
Após 2019	Volume 1.000 m ³	20.075.000
	Preço R\$/ m ³	1,22
	Total Mil R\$	24.491.500

Prazo Final dos Contratos: 31/11/2030

O Contrato de Fornecimento de Gás Natural nº OC 1902/2006 foi celebrado entre a Amazonas Energia (na época Manaus Energia) e Companhia de Gás Natural do Amazonas – CIGÁS, com a interveniência e anuência da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras e Eletrobras, com base no permissivo legal constante do art. 24, inciso XXII, da Lei nº 8.666/1993, de acordo com o processo de dispensa de licitação nº 189/2006.

A celebração do mesmo partiu da decisão do Governo Federal em aumentar a participação do gás natural na matriz energética nacional, entendimentos estes constantes do Termo de Compromisso celebrado em 22 de abril de 2004, entre Petrobras, Eletrobras, CIGÁS e Governo do Estado do Amazonas, com interveniência do MME.

O objeto do referido contrato é a venda pela CIGÁS e compra pela Amazonas Energia de gás natural para fins de geração termoeleétrica. O suprimento de todas as usinas termoeleétricas que operam com gás natural no Estado do Amazonas é feito por meio deste contrato.

Os preços praticados neste contrato foram homologados pela ANEEL. O Fundo CCC considera como Custo de Geração da Amazonas Energia os gastos provenientes deste contrato, dessa forma, o gás natural deste contrato é reembolsável pelo Fundo CCC.

A Quantidade Diária Contratada – QDC de gás natural foi ajustada por meio do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Fornecimento de Gás Natural no OC 1902/2006 de forma que a mesma ficasse aderente com a capacidade de consumo de gás natural do parque gerador do Estado do Amazonas.

O prazo final do contrato da CIGÁS é 30/11/2030.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

NOTA 26 – CAPITAL SOCIAL

O Capital Social, em 31 de dezembro de 2013, totalmente integralizado, está distribuído conforme demonstrativo abaixo:

ACIONISTAS	COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA EM 31.12.2013		Quantidade
	R\$ mil	Participação(%)	
ELETROBRAS	4.610.171	100,00%	6.276.666.628

Todas as ações são ordinárias nominativas, sem valor nominal.

NOTA 27 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é demonstrada como segue:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

DESCRIÇÃO	Consumidores (*)		Mwh (*)		R\$ mil	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
FORNECIMENTO						
Residencial	702.376	656.878	1.783.151	1.555.129	519.141	567.642
Industrial	3.158	3.174	1.783.887	1.816.288	381.549	528.737
Comércio, serviços e outras atividades	70.185	67.098	1.236.086	1.180.408	363.376	441.307
Rural	40.947	40.768	75.940	68.853	12.303	14.107
Poder Público	8.578	7.986	551.179	497.846	151.483	181.238
Iluminação Pública	661	643	192.467	138.263	29.479	26.131
Serviço Público	932	918	220.747	220.590	40.717	53.665
Energia Elétrica na CCEE (a)	-	-	1.421.570	8.893	299.589	1.100
Não Faturado (b)	-	-	-	-	(10.887)	(45.209)
Total	826.837	777.465	7.265.027	5.486.270	1.786.750	1.768.718
OUTRAS RECEITAS						
Receita de remuneração de ativo financeiro					227.942	212.744
Construção (c)					988.576	719.202
CDE - Equilíbrio da Redução da Tarifa (d)					217.267	-
Outros (e)					30.245	16.910
Total					1.464.030	948.856
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA					3.250.780	2.717.574
DEDUÇÕES						
ICMS					(301.315)	(344.937)
PIS					(37.740)	(32.122)
COFINS					(173.834)	(147.956)
ISS					(291)	-
RGR					(2.434)	(28.572)
CCC					(7.207)	(76.227)
P&D e PEE					(16.475)	(17.369)
Total					(539.296)	(647.183)
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA					2.711.484	2.070.391

(*) Informações não auditadas.

(**) Alguns itens incluídos na receita de fornecimento são isentos de ICMS.

O consumo próprio não está contemplado na quantidade de MWh gerado, assim como também no quantitativo de consumidores.

No exercício de 2012, o cálculo do Índice de Reajuste Tarifário – IRT da Companhia, para aplicação a partir de 01 de novembro de 2012, resultou no percentual total de 0,94%. Este valor é composto pelo IRT econômico de 2,36% e -1,42% referente aos componentes financeiros pertinentes, resultando em um efeito médio para o consumidor final de -2,09%, para o reajuste tarifário anual de 2012 da Companhia.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

No exercício de 2013, aplicando-se as metodologias definidas na Nota Técnica 470/2013 - SRE/ANEEL, de 23 de outubro de 2013, que trata da revisão tarifária da Companhia, o efeito médio para o consumidor decorrente da revisão tarifária da Amazonas Energia é de -3,81%, para aplicação a partir de 01 de novembro de 2013.

Apesar do número de consumidores e quantidade de MWh gerados ter aumentado, a receita não aumentou na mesma proporção em virtude do Reajuste Extraordinário da Companhia, homologado através da Resolução Homologatória nº 1.454/13 – Nota Técnica 15/2013-SER/ANEEL, que entrou em vigor a partir de 24/01/2013, o qual ocasionou uma redução da tarifa de 18,2%.

- a) O valor refere-se à receita da energia comercializada na CCEE ao preço de liquidação das diferenças - PLD. No exercício de 2013 foram adquiridos no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, por meio de leilões o montante de 1.421.570 MWh (apenas 8.893 MWh em 2012). Por conta da não conclusão do sistema receptor de Manaus, o Sistema Elétrico da Companhia ainda não foi conectado ao Sistema Interligado Nacional – SIN. Por conseguinte, a energia contratada no ACR, observando as Regras de Comercialização, deve ser liquidada no Mercado de Curto Prazo - MCP, tendo como base o Preço das Liquidações das Diferenças – PLD. Assim, justifica-se a variação positiva apresentada no exercício de 2013. Cabe destacar que a Companhia registra também o valor de custo desta operação, cujo montante em 2013 foi de R\$ 307.370, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 28.
- b) A Renda Não Faturada – RNF contempla a energia vendida aos consumidores e que não é medida dentro do mesmo período. A mesma tem como objetivo demonstrar um complemento do período de competência da energia consumida e não medida, fato que ocorrerá no período subsequente. Seu cálculo é baseado no produto da multiplicação da média diária do consumo faturado da unidade consumidora versus o número de dias não faturados. A redução no período justifica-se por dois motivos: redução da tarifa no último reajuste tarifário da Companhia, bem como os descontos praticados nas tarifas de distribuição nos termos do art. 13 da Lei nº 12.783/2013.
- c) O aumento da Receita Operacional Líquida no exercício de 2013, quando comparado ao mesmo período em 2012, foi devido, principalmente, ao aumento da Receita de Construção, decorrente da construção da usina a gás Mauá 3 de 600w, aquisição de medidores, transformadores e chaves, ampliações e melhorias da rede de distribuição de energia elétrica na capital e no interior e construção das Subestações (Centro, Mutirão, Manaus e Distrito III e IV) e Linhas de Transmissão de 138/13,8 Kv (Jorge Teixeira/Mutirão e Cachoeira Grande/Compensa). Cabe ressaltar que este valor não tem impacto no resultado da Companhia, tendo em vista que a receita de construção se anula com o custo de construção.
- d) De acordo com a Resolução Homologatória ANEEL nº 1.454, de 24 de janeiro 2013, no artigo 9º, estabelece que seja fixado o valor mensal de R\$ 19.751 a ser repassado pela Eletrobras à Amazonas Energia, conforme previsto no artigo 13, inciso VIII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, o qual transcrevemos abaixo:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Art. 13. Fica criada a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE visando ao desenvolvimento energético dos Estados, além dos seguintes objetivos:

VIII - prover recursos para compensar o efeito da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica, conforme regulamentação do Poder Executivo, assegurando o equilíbrio da redução das tarifas das concessionárias de distribuição, consoante disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

e) Segue abaixo a abertura de Outros:

DESCRIÇÃO	31.12.2013	31.12.2012
Renda da prestação de serviço	5.657	5.215
Arrendamentos e aluguéis	8.970	7.320
Serviço taxado	3.406	1.885
Diversas receitas	12.212	2.490
Total	30.245	16.910

A variação ocorreu em função do registro de R\$ 11.772 referente à rubrica CDE – Subvenção Baixa Renda. De acordo com a Resolução Homologatória ANEEL nº 1.454, de 24 de janeiro 2013, no artigo 8º, homologa o valor mensal de R\$ 1.059, a ser repassado pela Eletrobras à Amazonas Energia, a partir de fevereiro de 2013, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002, redação dada pela Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

NOTA 28 – ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA

A Amazonas Energia tem geração própria (2.203,9 MW) e completa sua necessidade para atendimento aos consumidores comprando energia dos produtores independentes:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

DESCRIÇÃO	31.12.2013		31.12.2012	
	MWh *	R\$ mil	MWh *	R\$ mil
Breitener Tambaqui	527.984	(17.966)	506.040	(16.025)
Breitener Jaraqui	529.891	(18.030)	504.550	(16.082)
Companhia Energética Manauara	519.100	(14.580)	502.299	(13.181)
Rio Amazonas Energia	531.271	(16.676)	485.618	(14.276)
Geradora de Energia do Amazonas	526.612	(15.044)	485.362	(13.132)
Cia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE	5.871	(1.493)	5.245	(1.401)
BK Energia	35.641	(8.220)	43.855	(10.603)
Hermasa Navegação S/A	2.166	(596)	4.980	(522)
Diferença não paga pela CCC	-	(6.287)	-	(19.660)
Camara de Comercialização de EE (a)	1.833.521	(307.370)	8.893	(1.639)
Pis Apuração Lei nº 10.833/03	-	11.730	-	8.569
Cofins Apuração Lei nº 10.833/03	-	54.029	-	39.470
Compra de EE - custo com ICMS (b)	-	(65.941)	-	(39.618)
Total	4.512.057	(406.444)	2.546.842	(98.100)

* Informações não auditadas

A variação nesta rubrica foi decorrente, especialmente, dos seguintes fatos:

- Registro de R\$ 307.370 decorrente das obrigações com contrato de compra de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) em 2013. Em 2012, a Amazonas Energia tinha apenas dois contratos em operação no Ambiente de Contratação Regulada (ACR). Entretanto, em 2013, o número de contratos em operação passou para sessenta e um. Vale ressaltar que os preços médios aplicados foram: em 2012, R\$ 156,98 e em 2013, R\$ 164,44.
- Aumento na rubrica de Compra de EE - Custo com ICMS, em virtude do aumento do número de clientes industriais com benefícios de isenção de ICMS nas operações com fornecimento conforme preconiza o dispositivo legal estadual (Decreto nº 20.686/99). Este ICMS representa um custo com energia elétrica para a Amazonas Energia.

NOTA 29 – PESSOAL, MATERIAL E SERVIÇOS DE TERCEIROS

DESCRIÇÃO	31.12.2013	31.12.2012
Pessoal (a)	(292.208)	(246.105)
Material	(36.805)	(44.976)
Serviço de terceiros	(144.337)	(151.861)
Total	(473.350)	(442.942)

- O aumento na rubrica de Pessoal foi decorrente de: R\$ 25.894 referente ao Programa de Incentivo ao Desligamento (PID); R\$ 7.055 referente ao pagamento



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

de tickets extras, conforme estipulado no Acordo Coletivo da Companhia; e R\$ 12.604 referente ao pagamento da Curva Tamburello.

NOTA 30 – OUTROS

DESCRIÇÃO	31.12.2013	31.12.2012
Aluguéis (30.1)	(408.881)	(355.653)
Seguros	(3.686)	(3.812)
Tributos	(1.011)	(4.497)
Outros	15.364	6.445
Total	(398.214)	(357.517)

30.1 - ALUGUÉIS

DESCRIÇÃO	31.12.2013	31.12.2012
Imóveis	(2.015)	(2.076)
Equipamentos e Veículos	-	(133)
Grupos Geradores *	(446.404)	(387.362)
Subestações	(1.602)	(1.893)
Outros Bens	(152)	(20)
Pis Apuração Lei nº 10.833/03	7.366	6.391
Cofins Apuração Lei nº 10.833/03	33.926	29.440
Total	(408.881)	(355.653)

* A Amazonas Energia, objetivando manter os serviços de fornecimento de energia elétrica de forma adequada nas usinas do interior e capital, com níveis de continuidade e confiabilidade técnico-operacional satisfatória e em conformidade com as exigências da ANEEL, celebrou, no exercício de 2013, vários contratos com diversas empresas, alocando grupos geradores, de forma a evitar racionamento e acarretar prejuízos aos consumidores em geral, motivo pelo qual se justifica o aumento substancial na rubrica de Aluguel de Grupos Geradores. Esses contratos possuem vencimentos em 2014 e estão classificados como arrendamento operacional.

NOTA 31 – DESPESAS OPERACIONAIS

DESCRIÇÃO	31.12.2013	31.12.2012
Despesas com vendas (31.1)	(145.112)	(172.289)
Despesas gerais e administrativas (31.2)	(328.374)	(293.894)
Outras receitas (despesas) operacionais (31.3)	(376.797)	(109.366)
Total	(850.283)	(575.549)



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

NOTA 31.1 – DESPESAS COM VENDAS

DESCRIÇÃO	31.12.2013	31.12.2012
Pessoal	(31.075)	(23.078)
Material	(898)	(426)
Serviço de terceiros	(60.142)	(52.623)
Provisão / Reversão para Crédito de Liquidação Duvidosa (a)	(39.427)	(86.872)
Aluguéis	(466)	(702)
Outros	(13.104)	(8.588)
Total	(145.112)	(172.289)

- a) A redução da PCLD ocorreu em função do adimplemento dos consumidores, tendo em vista que a Companhia vem realizando ações de cobrança administrativa e de suspensão de fornecimento de energia elétrica. Adicionalmente às ações de rotina já praticadas pela Companhia, foram implementadas cobranças personalizadas, por meio de visita in loco, envio de e-mail e cartas e contatos telefônicos, flexibilização da política de parcelamento de débitos, suspensão de fornecimento para clientes inadimplentes que formalizaram parcelamento de débitos.

NOTA 31.2 – DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

DESCRIÇÃO	31.12.2013	31.12.2012
Pessoal	(51.948)	(57.782)
Administradores	(859)	(279)
Material	(1.134)	(1.432)
Serviço de terceiros	(45.329)	(47.181)
Depreciação e amortização - imobilizado e intangível	(10.864)	(5.571)
Aluguéis	(1.098)	(4.245)
Taxa de fiscalização	(5.863)	(4.366)
Provisões diversas	(28.328)	(22.336)
Provisão / reversão para contingências (a)	22.407	(61.670)
Provisão para perda com prescrição de créditos tributários (b)	-	(35.976)
Provisões - PIE's	(154.938)	-
Empregados cedidos	(4.331)	(3.534)
Multas - ANEEL	(30.935)	(39.991)
Outros	(15.154)	(9.531)
Total	(328.374)	(293.894)

- a) A variação nesta rubrica ocorreu em virtude da reversão de vários processos para causas trabalhistas e cíveis, conforme explanado na Nota Explicativa nº 22, "a" e "b".
- b) O valor de R\$ 35.796 mil refere-se à baixa de créditos tributários federais prescritos (PIS e COFINS).



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

NOTA 31.3 - OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

DESCRIÇÃO	31.12.2013	31.12.2012
Outras Receitas		
Ganhos na alienação de bens e direitos	-	3
Diversas Receitas	4.400	2.985
	4.400	2.988
Outras Despesas		
(Provisão) Reversão para desvalorização do imobilizado (impairment) (a)	167.653	522
(Provisão) Reversão para desvalorização dos créditos tributários (impairment) (b)	92.528	(92.528)
Provisão para perdas na alienação de bens (c)	(98.745)	(24.863)
Perdas nas desativações de bens e direitos (d)	(40.655)	-
Ganho (perda) - Lei 12.783/13	(500.198)	6.577
Diversas Despesas	(1.780)	(2.062)
	(381.197)	(112.354)
Total	(376.797)	(109.366)

- a) O valor de R\$ 167.653 refere-se ao estorno de R\$ 573.208 do valor acumulado do exercício de 2012 menos a somatória de R\$ 22.138 da Geração, R\$ 88.158 da Distribuição e R\$ 295.259 de Contrato Oneroso. A variação do saldo deve-se ao valor do Intangível considerado no estudo de impairment no exercício de 2013, visto que, em função da rebifurcação com base na comparação da BRR homologada pela ANEEL, atualizados até 31/12/13, grande parte do Intangível foi transferido para o Ativo Financeiro, e portanto, não foi considerado no estudo do impairment.
- b) O valor de R\$ 92.528 refere-se ao impairment dos créditos tributários federais (PIS e COFINS), o qual foi revertido no exercício de 2013, conforme justificativa explanada na nota explicativa 6, "c".
- c) O valor de R\$ 98.745 refere-se à provisão da baixa de bens, conforme Resolução nº 367/09 da ANEEL.
- d) O montante de R\$ 40.655 de perdas refere-se à: i) R\$ 20.747 - baixa de bens, conforme Resolução nº 367/09 da ANEEL; ii) R\$ 16.242 - baixa de bens destinados à alienação; iii) R\$ 3.666 - diversas perdas.

NOTA 32 – RESULTADO FINANCEIRO



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

DESCRIÇÃO	31.12.2013	31.12.2012
<u>Receitas Financeiras</u>		
Acréscimo moratório sobre energia vendida	66.219	37.497
Variação monetária ativa	1.331	1.675
Multa s/ Fornec. e Suprimento de Energia	28.937	20.731
Juros e Multas	5.481	6.533
Ganho de avaliação atuarial	-	290
Rendas s/ Aplicações Financeiras	5.619	6.659
Diversas Receitas Financeiras (a)	20.402	603
	127.989	73.988
<u>Despesas Financeiras</u>		
Variação monetária passiva	(23)	(591)
Perda de avaliação atuarial	(891)	-
Encargos de dívidas (b)	(95.274)	(63.300)
Encargos de arrendamento financeiro (c)	(379.771)	(412.152)
Juros e Multas	(153.716)	(195.960)
Atualização dos fornecedores - CCC (d)	(147.944)	(7.159)
Diversas Despesas Financeiras (e)	(119.221)	(32.966)
	(896.840)	(712.128)
Total	(768.851)	(638.140)

a) O aumento foi decorrente, principalmente, da rubrica de atualização monetária, no valor de R\$ 18.409 registrado em 2013 e refere-se à reversão de juros sobre as contingências passivas decorrente de dois processos que antes estavam classificados como prováveis e foram reclassificados para possíveis (vide comentário sobre a mudança de prognóstico na nota explicativa 22).

b) O aumento dos encargos de dívidas foi decorrente do ingresso de novos financiamentos para a cobertura do plano de investimentos da empresa.

c) A redução nesta rubrica ocorreu em função da diminuição na taxa IGPM que mudou de 7,56 em 2012, para 5,40 no exercício de 2013.

d) O valor ficou menor em 2012 em função da mudança do fator de atualização monetária sobre a dívida da Petrobras. Anteriormente a 2012, a respectiva dívida era atualizada considerando-se 1% sobre o montante do saldo devedor. Entretanto, no final do exercício de 2012, o montante da dívida foi atualizado utilizando-se a Taxa Selic. Esse recálculo gerou uma recuperação de despesa no montante de R\$ 53.606 mil no exercício de 2012. Além disso, houve também a recuperação de despesa de R\$ 27.900 referente ao recálculo dos encargos financeiros do saldo devedor da Petrobras Distribuidora S/A.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

e) O aumento substancial nesta rubrica foi em função do lançamento de R\$ 81.318 da atualização do parcelamento com a Petrobras Distribuidora S/A.

NOTA 33 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

33.1 GESTÃO DO RISCO DE CAPITAL

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. As aquisições e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

DESCRIÇÃO	31.12.2013	31.12.2012
Total dos empréstimos	(1.187.783)	(1.029.343)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	84.656	390.677
Dívida líquida	(1.103.127)	(638.666)
(+) Total do Patrimônio líquido	(2.565.192)	(1.391.324)
Total do capital	(3.668.319)	(2.029.990)
Índice de alavancagem financeira - %	332,54%	317,85%

33.2 CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados em categorias de ativos e passivos financeiros, conforme segue:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
<u>ATIVOS FINANCEIROS (Circulante/Não Circulante)</u>		
Empréstimos e recebíveis		
Clientes	425.960	386.972
Direitos de ressarcimento	10.195.291	6.348.222
	<u>10.621.251</u>	<u>6.735.194</u>
Mensurados ao valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	84.656	390.677
	<u>84.656</u>	<u>390.677</u>
Disponível para venda		
Ativo financeiro - concessões de serviço público	3.039.230	2.138.126
	<u>3.039.230</u>	<u>2.138.126</u>
<u>PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante/Não Circulante)</u>		
Mensurados ao custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	1.187.783	1.029.343
Fornecedores	5.440.635	2.937.920
Arrendamento mercantil	2.073.224	2.023.033
Obrigações de ressarcimento	9.793.124	6.919.710
Obrigações estimadas	52.877	40.130
	<u>18.547.643</u>	<u>12.950.136</u>

33.2.1 – Ativos Financeiros

Estão classificados nas seguintes categorias:

- **Caixa e Equivalentes de Caixa** – São classificadas como mensurados pelo valor justo, sendo os seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado. O equivalente de caixa corresponde às aplicações financeiras mantidas em fundo de investimento, conforme regulamentação em vigor.
- **Clientes** – São registrados pelo seu valor nominal, similar aos valores justos e prováveis de realização. Os créditos renegociados são registrados assumindo a intenção de mantê-los até o vencimento, pelos seus valores prováveis de realização, similares aos valores justos.
- **Ativo Financeiro – Concessão** – São ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo da concessão. São classificados como disponíveis para venda.
- **Direito de Ressarcimento** – São ativos financeiros que representam o direito de reembolso da CCC, relativos aos custos de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, incluindo os custos relativos à contratação de energia e de potência associada à geração própria para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica, aos encargos do setor elétrico e impostos e, ainda, aos investimentos realizados. São classificados como empréstimos e recebíveis.

33.2.2 – Passivos Financeiros



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Estão classificados nas seguintes categorias:

- **Fornecedores** – São mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.
- **Empréstimos e Financiamentos** – O principal objetivo deste instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os investimentos em projetos de expansão da Companhia, assim como também gerenciar as necessidades de seu fluxo de caixa, promovendo, desta forma, a eficiência operacional e o ajuste econômico-financeiro da concessionária. Destaca-se nesse contexto os contratos de financiamento captados diretamente da Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras, cujas contabilizações estão registradas pelos seus valores contratuais e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas, com custos subsidiados, em sua maioria atrelados à Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, ou com taxas pré-fixadas.
- **Arrendamento mercantil** – O valor nominal utilizado no cálculo dos passivos originados pelos referidos contratos foi encontrado tomando como referência o valor fixado para a contratação de potencia mensal contratada, multiplicada pela capacidade instalada (60 a 65 MW) e pela quantidade de meses de vigência do contrato.
- **Obrigações de ressarcimento** – referem-se aos valores de adiantamentos e tributos (ICMS, PIS e COFINS) a serem devolvidos ao Fundo CCC.
- **Obrigações estimadas** – referem-se às provisões para férias e gratificação de férias, assim como também aos valores de encargos sociais sobre estas obrigações.

33.3 GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

No exercício de suas atividades a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

33.3.1 - Risco de taxa de juros



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Esse risco está associado à possibilidade da Companhia contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras, relativas a empréstimos e financiamentos.

Este risco é mitigado pelo fato da Companhia concentrar a captação de seus empréstimos com a Eletrobras, a juros fixos.

33.3.2 - Risco de crédito

A política da Companhia considera o risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios, bem como no acompanhamento dos prazos concedidos. São procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber de clientes.

A Companhia não realiza análise de crédito previamente ao início do fornecimento de energia, pois como distribuidora de energia elétrica, é regida por contrato de concessão, bem como pela regulamentação do setor elétrico e obrigada a fornecer energia a todos os clientes localizados na sua área de concessão.

Para recuperação da inadimplência a Companhia atua por meio de:

- i. programas de renegociação dos débitos pendentes;
- ii. negativação de clientes em empresas de proteção ao crédito;
- iii. suspensão do fornecimento de energia elétrica, em conformidade com a regulamentação vigente;
- iv. contratação de empresa especializada na cobrança de contas em atraso e
- v. cobrança judicial.

33.3.3 - Risco de liquidez

É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descompasso de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. As necessidades de liquidez da Companhia são de responsabilidade das áreas de tesouraria e de captação de recursos, que atuam alinhadas no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazos, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

Os eventuais saldos de caixa auferidos pela Companhia, além dos programados para administração do capital circulante, são transferidos para contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos dentro das limitações legais que requer a concessão, com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

31.12.2013

PASSIVOS FINANCEIROS

(Circulante/Não Circulante)

Mensurados ao custo amortizado

	<u>Até 1 ano</u>	<u>De 1 a 2 anos</u>	<u>De 2 a 5 anos</u>	<u>Mais de 5 anos</u>
Empréstimos e financiamentos	472.434	220.652	352.148	142.549
Fornecedores	4.841.004	299.804	299.827	-
Arrendamento mercantil	181.596	363.192	544.789	983.647
Obrigações de ressarcimento	7.783.701	2.009.423	-	-
Obrigações estimadas	48.028	4.849	-	-

31.12.2012

PASSIVOS FINANCEIROS

Mensurados ao custo amortizado

	<u>Até 1 ano</u>	<u>De 1 a 2 anos</u>	<u>De 2 a 5 anos</u>	<u>Mais de 5 anos</u>
Empréstimos e financiamentos	270.381	204.573	438.450	115.939
Fornecedores	2.937.920	-	-	-
Arrendamento mercantil	162.929	325.858	488.786	1.045.460
Obrigações de ressarcimento	5.328.423	1.591.287	-	-
Obrigações estimadas	40.130	-	-	-

Os fluxos não são descontados, exceto pela rubrica de Arredamento Mercantil, a qual é descontada a valor presente, conforme nota 17.

33.4 ESTIMATIVA DO VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, menos a PCLD, e contas a pagar aos fornecedores, pelo valor contábil, esteja próxima de seus valores justos.

O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

ATIVOS FINANCEIROS (Circulante/Não Circulante)	31.12.2013		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Disponíveis para venda			
Caixa e Equivalente de Caixa	48.628	36.028	
Ativo financeiro - concessões de serviço público	-	-	3.039.230
	<u>48.628</u>	<u>36.028</u>	<u>3.039.230</u>
	31.12.2012		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Disponíveis para venda			
Empréstimos e recebíveis			
Caixa e Equivalente de Caixa	53.309	337.368	
Ativo financeiro - concessões de serviço público	-	-	2.138.126
	<u>53.309</u>	<u>337.368</u>	<u>2.138.126</u>

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo, e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 são classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de swaps de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

33.5 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

33.6 QUALIDADE DOS CRÉDITOS DOS ATIVOS FINANCEIROS

Recebíveis por grupo	31.12.2013	31.12.2012
Grupo I		
Residencial	-	-
Industrial	105.550	-
Comercial	94.102	99.072
Rural	5.074	4.707
Poder Público	49.878	55.891
Iluminação Pública	6.409	7.144
Serviço Público	35.885	34.999
Parcelamentos	-	104.050
Outros	3	7
	<u>296.901</u>	<u>305.870</u>
Grupo II		
Residencial	152.339	130.619
Industrial	-	157.544
Parcelamentos	139.227	-
	<u>291.566</u>	<u>288.163</u>
Grupo III		
Fornecimento não faturado	<u>27.226</u>	<u>38.113</u>
Total de recebíveis	615.693	632.146



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

O total de recebíveis demonstrados acima é representado por faturas de energia elétrica a vencer ou vencidos não incluídos na PCLD, estes foram classificados de acordo com a taxa de inadimplência apurada pela área comercial da Companhia conforme descrito abaixo:

Grupo I – Nível de inadimplência compreendido até 20% do total de recebíveis;

Grupo II - Nível de inadimplência compreendido acima de 20,01% do total de recebíveis;
e,

Grupo III – Energia vendida e não faturada em função do calendário de faturamento. Estes são reclassificados nos demais grupos na medida em que são efetuadas leituras periódicas.

NOTA 34 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

RESULTADO POR SEGMENTO		31.12.2013			
	ADMINISTRAÇÃO	GERAÇÃO	COMERCIALIZAÇÃO	DISTRIBUIÇÃO	TOTAL
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA					
DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	-	1.700.760	987.533	562.487	3.250.780
Fornecimento de energia elétrica	-	1.137.447	750.046	127.199	2.014.692
Receita de Construção	-	563.181	-	425.395	988.576
Outras receitas operacionais	-	132	237.487	9.893	247.512
(-) DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL	-	(245.157)	(266.416)	(27.723)	(539.296)
(-) TRIBUTOS	-	(233.225)	(253.635)	(26.029)	(512.889)
ICMS	-	(233.225)	(42.061)	(26.029)	(301.315)
PIS / PASEP / COFINS	-	-	(211.574)	-	(211.574)
(-) Encargos setoriais	-	(11.932)	(12.781)	(1.403)	(26.116)
(-) Outros - Inclusive ISS	-	-	-	(291)	(291)
TOTAL RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	-	1.455.603	721.117	534.764	2.711.484
DESPESAS OPERACIONAIS					
	ADMINISTRAÇÃO	GERAÇÃO	COMERCIALIZAÇÃO	DISTRIBUIÇÃO	TOTAL
PESSOAL / MATERIAL / SERVIÇOS	-	(321.871)	(103.514)	(239.349)	(664.734)
Pessoal	-	(209.069)	(37.412)	(129.609)	(376.090)
Material	-	(31.466)	(1.033)	(6.337)	(38.836)
Serviços de terceiros	-	(81.336)	(65.069)	(103.403)	(249.808)
Energia Comprada P/ Revenda	-	-	(406.444)	-	(406.444)
DESPESAS DE CONSTRUÇÃO	-	(563.181)	-	(425.395)	(988.576)
DISTRIBUIÇÃO	-	(563.181)	-	(425.395)	(988.576)
Combustível P/ Produção de Energia Elétrica - C.C.C	-	(3.751.983)	-	-	(3.751.983)
(-) Recuperação de Despesas - Subvenção Recebida - C.C.C.	-	3.611.563	-	-	3.611.563
Compensação Financeira P/ Utilização Recursos Hídricos	-	(6.363)	-	-	(6.363)
DEPRECIACÃO F AMORTIZACÃO	-	(146.484)	(1.315)	(6.267)	(154.066)
Depreciação Imobilizado - Geração / Administração	-	(63.697)	(1.164)	(3.752)	(68.613)
Amortização Intangível - Geração / Administração	-	(548)	(151)	(2.515)	(3.214)
Amortização Intangível - Distribuição	-	(82.239)	-	-	(82.239)
Provisões operacionais	-	90.943	(195.560)	(3.142)	(107.759)
Outras despesas operacionais	(2)	(491.569)	(18.868)	72.156	(438.283)
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS	(2)	(1.578.945)	(725.701)	(601.997)	(2.906.645)
RESULTADO OPERACIONAL	(2)	(123.342)	(4.584)	(67.233)	(195.161)
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS					
	ADMINISTRAÇÃO	GERAÇÃO	COMERCIALIZAÇÃO	DISTRIBUIÇÃO	TOTAL
Renda de aplicações financeiras	5.619	-	-	-	5.619
Encargos de Dívidas	-	(69.445)	-	(25.830)	(95.275)
Encargos - Leasing	-	(379.771)	-	-	(379.771)
ACRÉSCIMO MORATÓRIO	-	1.074	65.145	-	66.219
Sobre Energia Vendida	-	1.074	65.145	-	66.219
Sobre Energia Comprada	-	-	-	-	-
Variações monetárias líquidas	-	53	1.255	-	1.308
Outras receitas / despesas financeiras	(5.619)	(257.614)	(85.417)	(18.302)	(366.952)
RESULTADO FINANCEIRO	-	(705.703)	(19.017)	(44.132)	(768.852)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA LEI Nº 12.783/13	(2)	(829.045)	(23.601)	(111.365)	(964.013)
Ganho (perda) - Lei 12.783/13	-	188.894	-	(689.092)	(500.198)
RESULTADO OPERACIONAL APÓS A LEI Nº 12.783/13	(2)	(640.151)	(23.601)	(800.457)	(1.464.211)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	(2)	(640.151)	(23.601)	(800.457)	(1.464.211)



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

RESULTADO POR SEGMENTO	31.12.2012 (Reapresentado)				
	ADMINISTRAÇÃO	GERAÇÃO	COMERCIALIZAÇÃO	DISTRIBUIÇÃO	TOTAL
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA					
DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	-	1.326.550	556.777	834.247	2.717.574
Fornecimento de energia elétrica	-	1.043.172	550.673	387.617	1.981.462
Receita de Construção	-	283.287	-	435.915	719.202
Outras receitas operacionais	-	91	6.104	10.715	16.910
(-) DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL	-	(238.163)	(320.523)	(88.497)	(647.183)
(-) TRIBUTOS	-	(214.409)	(230.937)	(79.669)	(525.015)
ICMS	-	(214.409)	(50.859)	(79.669)	(344.937)
PIS / PASEP / COFINS	-	-	(180.078)	-	(180.078)
(-) Encargos setoriais	-	(23.754)	(89.586)	(8.828)	(122.168)
TOTAL RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	-	1.088.387	236.254	745.750	2.070.391
DESPESAS OPERACIONAIS					
PESSOAL / MATERIAL / SERVIÇOS	-	(277.323)	(86.201)	(262.220)	(625.744)
Pessoal	-	(163.356)	(28.299)	(135.590)	(327.245)
Material	-	(37.558)	(571)	(8.706)	(46.835)
Serviços de terceiros	-	(76.409)	(57.331)	(117.924)	(251.664)
Energia Comprada P/ Revenda	-	-	(98.100)	-	(98.100)
DESPESAS DE CONSTRUÇÃO	-	(283.287)	-	(435.915)	(719.202)
DISTRIBUIÇÃO	-	(283.287)	-	(435.915)	(719.202)
Combustível P/ Produção de Energia Elétrica - C.C.C	-	(3.294.316)	-	-	(3.294.316)
(-) Recuperação de Despesas - Subvenção Recebida - C.C.C.	-	3.124.593	-	-	3.124.593
Compensação Financeira P/ Utilização Recursos Hídricos	-	(5.593)	-	-	(5.593)
DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO	-	(129.238)	(351)	(3.962)	(133.551)
Depreciação Imobilizado - Geração / Administração	-	(64.198)	(177)	(2.957)	(67.332)
Amortização Intangível - Distribuição	-	(65.040)	(174)	(1.005)	(66.219)
Provisões operacionais	-	(199.851)	(92.203)	(31.669)	(323.723)
Outras despesas operacionais	-	(369.771)	(20.030)	(37.744)	(427.545)
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS	-	(1.434.786)	(296.885)	(771.510)	(2.503.181)
RESULTADO OPERACIONAL	-	(346.399)	(60.631)	(25.760)	(432.790)
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS					
Renda de aplicações financeiras	6.659	-	-	-	6.659
Encargos de Dívidas	-	(40.477)	-	(22.823)	(63.300)
Encargos - Leasing	-	(412.152)	-	-	(412.152)
ACRÉSCIMO MORATÓRIO	-	-	37.497	-	37.497
Sobre Energia Vendida	-	-	37.497	-	37.497
Sobre Energia Comprada	-	-	-	-	-
Variações monetárias líquidas	-	(170)	1.228	26	1.084
Outras receitas / despesas financeiras	(6.585)	(153.676)	(39.457)	(8.210)	(207.928)
RESULTADO FINANCEIRO	74	(606.475)	(732)	(31.007)	(638.140)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA LEI Nº 12.783/13	74	(952.874)	(61.363)	(56.767)	(1.070.930)
Ganho (perda) - Lei 12.783/13		9.411		(2.834)	6.577
RESULTADO OPERACIONAL APÓS A LEI Nº 12.783/13					
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	74	(943.463)	(61.363)	(59.601)	(1.064.353)



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

NOTA 35 – COBERTURA DE SEGUROS

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

Seguradora	DESCRIÇÃO		IMPORTÂNCIA SEGURADA	PRÊMIO
	RISCO	DATA DE VIGÊNCIA		
Mapfre	Engenharia	13/08/2013 a 13/08/2014	570.202	2.792
Tokio Marine	Engenharia	28/08/2013 a 28/08/2014	103.429	216
Generali Brasil Seguros S/A	Vida	31/10/2013 a 31/01/2015	2.251 vidas	1.727

As apólices de seguros oferecem cobertura aos riscos de engenharia sob a condição de primeiro risco absoluto, considerando risco coberto o acidente que exija reparo ou reposição do bem segurado, de forma a possibilitar que o mesmo possa continuar a trabalhar ou operar normalmente, respondendo a seguradora pelos prejuízos cobertos, independente dos valores em risco. A responsabilidade da seguradora ficará limitada, em cada acidente, ao limite máximo de indenização, único para todas as instalações e localidades (maquinário, usinas hidrelétricas e termelétricas, equipamentos, turbinas, geradores, caldeiras, transformadores, aparelhos elétricos e equipamentos de processamento de dados).

NOTA 36 – REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E DIRIGENTES

O comportamento da remuneração dos empregados e dirigentes está demonstrado a seguir:

DESCRIÇÃO	R\$	
	31.12.2013	31.12.2012
Empregados		
Maior remuneração	34.660,20	29.770,66
Menor remuneração	1.294,86	1.206,34
Dirigentes		
Honorário	25.187,39	23.630,16

NOTA 37 – BENEFÍCIO PÓS – EMPREGO

A Companhia mantém um programa de benefícios complementares aos concedidos Regime Geral da Previdência Social, administrado pela Fundação de Previdência Complementar – PREVINORTE, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituída e patrocinada pela Companhia e por outras empresas do Sistema Eletrobras, conforme exigências da legislação brasileira.

A Companhia suporta dois diferentes planos, um do tipo Plano BD - Benefício Definido e outro do tipo Plano CD – Contribuição Definida.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Os ativos dos planos CD e BD são mantidos separadamente daqueles da Companhia e são contabilizados e controlados pela PREVINORTE.

Os registros contábeis e as notas explicativas, decorrentes dos cálculos atuariais, foram consignados com base no laudo atuarial emitido por atuário independente.

a) Plano de Contribuição Definida (CD) – Plano 02-B

Plano individual de poupança previdenciária, no qual o benefício depende do valor das contribuições, do resultado dos investimentos administrados pela PREVINORTE e do tempo de contribuição do Participante. Suas contribuições são provenientes da Companhia e do empregado, descontados da folha de salários. Este plano oferece os seguintes benefícios: complemento da aposentadoria, auxílio no caso de incapacidade para o trabalho e pensão por morte.

Plano em sistema de capitalização, para transformação futura em renda pós-emprego de caráter reversivo. Dessa forma, o benefício a ser concedido será representado pela reversão da poupança acumulada em renda, segundo parâmetros atuariais definidos. Considerada a característica desse plano, o regime é mantido em permanente equilíbrio, com cotizações individuais balizadas pelo valor dos ativos financeiros, não gerando a obrigação pós-emprego.

Em 31 de dezembro de 2013, as contribuições feitas pela Companhia, para a constituição das provisões matemáticas de benefícios do Plano CD atingiram R\$ 5.257 (2012 - R\$ 5.845).

b) Plano de Benefício Definido (BD) – Plano 02- A

Plano com características de Benefício Definido sob o regime financeiro de capitalização, que tem como fonte de suas contribuições a Companhia e o empregado, sendo tais contribuições calculadas sobre a folha de salários, em conformidade com plano anual de custeio definido pelo atuário responsável.

Este plano está em extinção desde 1º de janeiro de 2000 e, a partir dessa data, não pode receber novos participantes. Adicionalmente, compreende os seguintes benefícios: complementação da aposentadoria, da pensão por morte, do abono anual e garantia de manutenção de direito à renda vitalícia futura para aqueles que se desligarem antes das respectivas aposentadorias, desde que tenham, pelo menos, três anos de efetiva contribuição ao plano.

O perfil populacional dos participantes dos Planos BD está abaixo demonstrado:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

DADOS POPULACIONAIS	31.12.2013	31.12.2012
1. Participantes ativos		
1.1. Participantes - n°	40	41
1.2. Idade Média	54,0	53,8
1.3. Serviço Creditado (total)	27,7	28,7
1.4. Tempo para Aposentadoria	6,1	8,1
1.5 Salário Médio em R\$	10.612,96	7.606,29
2. Aposentados		
2.1. Participantes Aposentados - n°	13	12
2.2. Idade Média	65,0	63,4
2.3. Benefício Médio em R\$	2.208,00	2.141,68
3. Pensionistas		
3.1. Participantes Pensionistas - n°	8	6
3.2. Benefício Médio em R\$	683,12	888,19
População Total	61	59

37.1 Efeitos do Plano BD

37.1.1 Hipóteses Atuariais e Econômicas

Hipóteses Econômicas		
	31.12.2013	31.12.2012
Taxa de juros de desconto atuarial anual (i)	12,07%	8,59%
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	6,43%	3,53%
Projeção de aumento médio dos salários	7,41%	6,99%
Projeção de aumento médio dos benefícios	5,30%	4,89%
Taxa média de inflação anual	5,30%	4,89%
Expectativa de retorno dos ativos do plano	12,07%	8,59%
Hipóteses Demográficas		
Taxa de rotatividade	0,00%	0,00%
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83	AT-83
Tábua de invalidez	Light fraca	Light fraca
% de casados na data de aposentadoria	95%	95%
Diferença de idade entre homens e mulheres	4 anos	4 anos

A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos do plano. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação. O atual retorno dos ativos do Plano BD foi de R\$ 1.301 (2012 - R\$ 2.316).



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

(i) Taxa de juros de longo prazo

A definição dessa taxa considerou à prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios, no chamado conceito de Duration.

37.1.2 Planos de benefícios em 31 de dezembro

O plano de benefício normalmente expõem a Companhia a riscos atuariais, tais como o risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e risco de salário.

Risco de investimento	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado usando uma taxa de desconto determinada em virtude da remuneração de títulos privados de alta qualidade; se o retorno sobre o ativo do plano for abaixo dessa taxa, haverá um déficit do plano. Atualmente, o plano tem um investimento relativamente equilibrado em títulos públicos crédito de depósitos privados e fundo de investimentos, considerando os limites por segmento de aplicação de acordo com as diretrizes da Resolução nº 3.792 do Conselho Monetário Nacional e as suas alterações, além dos critérios de segurança, liquidez, rentabilidade e maturidade do plano.
Risco de taxa de juros	Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano. Entretanto, isso será parcialmente compensado por um aumento do retorno sobre os títulos de dívida do plano.
Risco de longevidade	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.
Risco de salário	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência aos salários futuros dos participantes do plano. Portanto, um aumento do salário dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

A conciliação dos passivos dos planos de benefícios estão apresentadas a seguir:

a) Conciliação dos passivos dos planos de benefícios definidos

Planos de benefícios definidos - Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

DESCRIÇÃO	31.12.2013	31.12.2012
	Plano BD	Plano BD
Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas	24.809	33.152
Valor justo dos ativos do plano (-)	(23.447)	(21.590)
Passivo(Ativo) Líquido	1.362	11.562
Valor do passivo/(ativo) de benefício pós-emprego	1.362	11.562
Custo do serviço corrente	497	280
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	994	(115)
Despesa/ (Receita) atuarial reconhecida no exercício	1.491	165

A movimentação do valor presente das obrigações e do valor presente do ativo dos planos de benefícios no exercício corrente estão apresentadas a seguir:

Descrição	Plano BD
	31.12.2013
Alterações nas obrigações	
Valor das obrigações atuariais no início do exercício	33.152
Custo do serviço corrente líquido	861
Custos dos juros	2.848
Benefícios pagos	(396)
(Ganhos) perdas decorrentes de remensuração	(11.575)
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	-
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	(11.615)
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	40
Valor presente das obrigações atuariais ao final do exercício	24.890
Alterações nos ativos financeiros	
Valor justo dos ativos no início do exercício	21.590
Receita de juros	1.854
Contribuições Patronais	588
Contribuições de participantes do plano	364
Benefícios pagos / adiantados	(396)
Ganhos (perdas) decorrentes da remensuração	(553)
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em receita de juros)	(553)
Valor justo dos ativos no fim do exercício	23.447



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Descrição	Plano BD
	31.12.2012
Alterações nas obrigações	
Valor das obrigações atuariais no início do exercício	18.599
Custo do serviço corrente líquido	449
Custos dos juros	1.807
Benefícios pagos/adiantados	(380)
(Ganhos) perdas decorrentes de remensuração	12.677
Valor presente das obrigações atuariais ao final do exercício	33.152
Alterações nos ativos financeiros	
Valor justo dos ativos no início do exercício	18.729
Receita de juros	1.922
Contribuições patronais	454
Contribuições de participantes do plano	471
Benefícios pagos/adiantados	(380)
Ganhos (perdas) decorrentes da remensuração	394
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em despesa financeira líquida)	394
Valor justo dos ativos no final do exercício	21.590

As principais categorias de ativos do plano no final do período de relatório e que impactam o retorno dos ativos do plano são apresentadas a seguir:

Categoria de Ativo	31.12.2013	31.12.2012
Disponível	3	3
Realizável previdenciário	-	134
Investimentos em títulos públicos	8.593	8.318
Investimentos em Renda Fixa	10.756	6.566
Investimentos em Renda Variável	3.169	5.168
Investimentos imobiliários	661	606
Empréstimos e financiamentos	837	830
(-) Exigíveis previdenciários	(38)	(30)
(-) Exigíveis de investimentos	(49)	(5)
(-) Fundo Administrativo	(485)	-
Total dos ativos garantidos	23.447	21.590

Os valores justos dos instrumentos de capital e de dívida são determinados com base em preços de mercado cotados em mercados ativos enquanto os valores justos investimentos imobiliários não são baseados em preços de mercado cotados em mercados ativos.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

37.1.3 Resumo dos impactos reconhecidos em outros resultados abrangentes

Outros Resultados Abrangentes – ORA acumulados	31.12.2013	31.12.2012
Programa Previdenciário	2.396	13.498

		Plano BD
Descrição		31.12.2013
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido reconhecidos no ORA no exercício		
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas		-
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras		11.615
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de ajustes pela experiência		40
Retorno sobre ativos do plano		(553)
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido		-
Componentes de custo de benefício definido reconhecidos em outros resultados abrangentes		11.102

		Plano BD
Descrição		31.12.2012
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido reconhecidos no ORA no exercício		
Ganhos (perdas) atuariais no valor das obrigações		12.677
Retorno sobre ativos do plano		(696)
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido		(130)
Componentes de custo de benefício definido reconhecidos em outros resultados abrangentes		11.851

37.1.4 Contribuições patronais esperadas para o próximo exercício

A Companhia espera contribuir com R\$ 619 com os planos de benefícios definidos durante o próximo exercício.

A duração média ponderada da obrigação de benefício definido é de 8,91 anos.

Análise dos vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de benefício definido e benefícios de saúde pós-emprego:

	Menos de 1 ano	Entre 1-2 anos	Entre 2-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2013					
Programa Previdenciário	874	1.029	4.302	59.574	65.779



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

37.1.5 Efeitos da variação de um ponto percentual nas premissas atuariais significativas

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são: taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

- Se a taxa de desconto fosse 0,25% mais alta (baixa), a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 724 (aumento de R\$ 759).
- Se a expectativa de vida aumentasse (diminísse) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 367 (redução de R\$ 381).

NOTA 38 – PARTES RELACIONADAS

a) Transações e saldos

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, incluindo a compra de energia elétrica e operações de empréstimos e financiamentos. As transações são realizadas de acordo com os padrões e preços de mercado ou baseadas em contratos próprios do setor elétrico.

Partes Relacionadas	Natureza da Operação	31.12.2013			31.12.2012		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Poder Público Federal	Consumidores e revendedores	8.143	-	45.151	8.179	-	48.921
Eletrobras	Empréstimos e financiamentos	-	1.187.783	(95.275)	-	1.029.343	(63.301)
Eletronorte	Cessão de funcionários	-	243	-	5	508	-
Eletronorte	Participação societária	5.872	-	-	5.872	-	-
Amazonas Energia G&T	Participação societária	10	-	-	-	-	-
Eletronorte	Reembolso UTE Electron	-	23.667	-	-	23.667	-
Eletrobras	Cessão de funcionários	-	-	-	65	-	-
Ceron	Aquisição de grupos geradores	-	1.387	-	-	6.280	-
Eletoacre	Energia comprada	-	-	(1.493)	-	-	(1.401)
Total		14.025	1.213.080	(51.617)	14.121	1.059.798	(15.781)

b) Remuneração do Pessoal – Chave da Administração

O pessoal-chave da administração inclui os Conselheiros de Administração e Fiscal e Diretores Executivos. O gasto total com a remuneração nos exercícios de 2013 e 2012 está demonstrado a seguir:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

DESCRIÇÃO	31.12.2013	31.12.2012
Remuneração dos Diretores e Conselheiros	476	213
Encargos Sociais	179	58
Benefícios	46	8
Outros	158	-
Total	859	279

NOTA 39 – CRÉDITOS FISCAIS

Encontram-se registrados na parte B do Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR), os créditos fiscais, decorrentes do prejuízo fiscal e de outras adições temporárias, sem prazos de prescrição, conforme abaixo:

DESCRIÇÃO	31.12.2013	31.12.2012
Prejuízos fiscais acumulados	4.983.591	4.252.817
Base de Cálculo negativa da Contribuição Social	5.002.477	4.271.704
Adições Temporárias	395.351	485.548
Total	10.381.419	9.010.069

O imposto de renda da pessoa jurídica, de que trata a Lei nº 9.249/1995 é calculado pelo regime de apuração do lucro real anual, aplicando-se a alíquota de 15% e adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada sobre o lucro ajustado, aplicando-se a alíquota de 9%. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram apurados prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de contribuição social. Devido ao histórico de resultados negativos da Companhia não foi constituído crédito tributário.

NOTA 40 – DESVERTICALIZAÇÃO DA AMAZONAS ENERGIA

O processo de desverticalização na Amazonas Energia obedece ao que estabelece o artigo 20 da Lei nº 10.848 de 15 de março de 2004, complementado posteriormente pela Lei nº 12.111/2009.

Desde o dia 09 de julho de 2013 a Companhia está conectada ao Sistema Interligado Nacional (SIN) em caráter experimental de testes. Enquanto perdurar essa fase o mesmo permanece sob a égide das regras dos Sistemas Isolados, conforme estabelece a Portaria MME nº 258 de 06/08/2013. Cumpre ressaltar que somente após a interligação comercial ao SIN, a Amazonas Energia passará então a estar efetivamente submetida à restrição imposta pelo artigo 4º, § 2º da Lei nº 12.111/2009, que determina que as pessoas jurídicas concessionárias, permissionárias e autorizadas de distribuição e de geração de energia elétrica que se interligarem ao SIN deverão adaptar-se à Lei nº 9.074/1995 no prazo de até 18 meses a contar da data de interligação.

Tendo em vista tal circunstância, o Conselho de Administração da holding Eletrobras considerou prudente que o processo de desverticalização da Amazonas Energia fosse



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

realizado e concluído anteriormente à sua interligação ao SIN, antecipando-se às exigências legais acima mencionadas.

Nesse sentido foi estruturado o projeto de desverticalização da Companhia, a partir do processo de reorganização societária de suas operações, o qual consiste em duas etapas principais, quais sejam:

1. A primeira etapa do processo (concluído) trata-se da constituição de uma nova empresa no âmbito do Sistema Eletrobras (com o nome de Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. – AmGT), em caráter pré-operacional (ainda sem operações e fluxos de receita/despesa), com personalidade jurídica formal e estrutura funcional mínima, com o objetivo principal de viabilizar a assinatura dos Contratos de Compra e Venda de Energia – CCVE, entre as empresas Distribuidora e Geradora e Transmissora (a serem homologados pela ANEEL), além de preparar as bases estruturais da nova empresa (AmGT) para fase operacional, permitindo o funcionamento das atividades empresariais do negócio de geração e transmissão de energia (G&T).
2. A segunda etapa do processo de desverticalização trata-se da realização da operação de reorganização societária completa, que consiste na efetivação da transferência das atividades de Geração e Transmissão de Energia (acervo líquido, pessoas, processos e etc. – atualmente sob concessão da Distribuidora em Manaus) para a AmGT. Com a conclusão desta etapa, que finaliza a partir da realização da Assembleia Geral Extraordinária – AGE, a AmGT transforma-se numa subsidiária integral da Eletrobras Holding e finalmente poderá iniciar sua fase operacional, atuando formalmente no negócio G&T.

Assim, com o objetivo de iniciarmos a formalização do processo de desverticalização nas instancias superiores e órgãos de controle externo, em 18/01/2013 foi protocolada na ANEEL a CTA-PR n° 011/2013, encaminhando toda a documentação referente à solicitação de anuência para o processo de desverticalização, modelagem drop down com a criação de uma nova empresa;

Paralelamente aos planos e a toda documentação necessária para a efetivação da desverticalização da AmE, estamos dando continuidade às demais providências internas para a estruturação da nova empresa AmGT, no que pese o seu funcionamento efetivo tais como: separação dos contratos atuais, infraestrutura básica, estrutura funcional, quadro de pessoal, processos e etc. A empresa está trabalhando na formatação final para a efetivação da operação de reorganização societária, a qual ainda deverá ser apresentada previamente ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST) antes da Assembleia Geral Extraordinária – AGE.

Avançando no processo estamos atualmente na fase que chamamos de segunda etapa do projeto, a qual trata-se da efetivação da operação de reorganização societária, utilizando a modelagem de drop down de ativos com emissão de debêntures conversíveis e permutáveis, ou seja a transferência das atividades de Geração e Transmissão (acervo líquido, pessoas, processos e etc), para a AmGT. Para tanto a empresa esta aguardando a homologação dos contratos de compra e venda de energia (CCVE) entre a AmE D e AmGT, os quais estão em fase final de análise junto a ANEEL. No bojo do processo ainda está pendente a definição da liberação do prazo de outorga e da garantida física da UTE Mauá



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

3, coincidindo com o contrato existente do gás, que depende de autorização do MME, através de Portaria, e em seguida (ato contínuo) aprovação da ANEEL.

Imediatamente à homologação dos contratos CCVEs será atualizado o laudo de avaliação que demonstrará o acervo líquido de Geração e Transmissão que será transferido para a AmGT. Ou seja, após a emissão do laudo de avaliação final, elaborado por peritos independentes, poderemos executar a operação de reestruturação societária completa (drop down com emissão de debêntures conversíveis e permutáveis) seguir com as aprovações internas, submeter ao DEST e marcar a data da Assembleia Geral Extraordinária – AGE, transferindo em definitivo o controle da AmGT para a Eletrobras Holding.

NOTA 41 – REVISÃO TARIFÁRIA

A ANEEL aprovou as novas regras para os processos relativos ao 3º Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas (RTP) das tarifas de energia elétrica.

O conjunto de mudanças aprovadas impactou diretamente numa parcela da tarifa, a chamada Parcela B, que reflete os custos relativos à atividade de distribuição, como os custos operacionais e os investimentos. Essa parcela representa de 25% a 30% da conta de energia que chega ao consumidor. A outra parcela, denominada, Parcela A é menos gerenciável pelas distribuidoras e se refere aos custos com compra e transmissão de energia elétrica, além dos encargos setoriais. Ainda são incluídos nas faturas dos consumidores o pagamento de taxas, impostos e tributos definidos pelos Governos Federal, Estaduais e Municipais.

Dentre os itens alterados, destaca-se a taxa de retorno do capital - WACC, aplicado que era de 9,95% (real e líquido de imposto) e foi reduzida para 7,5% (real e líquido de imposto) respectivamente. A alteração reflete a redução do risco percebido para se investir em distribuição de energia elétrica no País.

A revisão das tarifas acontece em média a cada quatro anos e é o momento em que são reavaliados os custos das distribuidoras, revertendo-se para a modicidade tarifária os ganhos médios de eficiência por elas obtidos.

A nova metodologia de revisão tarifária ficou em audiência pública (AP nº. 040/2010) de 10/09/2010 a 10/01/2011 (primeira fase) e de 27/04/2011 a 03/06/2011 (segunda fase). Os ciclos de revisão anteriores aconteceram de 2003 a 2006 (1º Ciclo) e de 2007 a 2010 (2º Ciclo).

A Companhia passou no exercício de 2013 pelo processo do Terceiro Ciclo de Revisão Tarifária-3RTP (3º Ciclo). Durante esse processo foram revistos todos os custos da concessionária, a Base de Remuneração Regulatória - BRR, o novo patamar de reconhecimento das perdas regulatórias e as novas metas de atendimento aos indicadores de qualidade. O resultado final da 3RTP está apresentado no quadro com se segue:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

DESCRIÇÃO	31.12.2013
Parcela B	376.184
Parcela A	1.200.677
Receita requerida total	1.567.822
Reposicionamento tarifário econômico	-6,40%
Componentes financeiros	(222.815)
Reposicionamento tarifário financeiro	-19,41%
Efeito médio na tarifa aos consumidores	-3,80%
Efeito médio na tarifa aos consumidores de alta tensão	-10,87%
Efeito médio na tarifa aos consumidores de baixa tensão	2,40%
Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD) (TUSD/R\$/MWh – Classe B1)	139,96

As novas tarifas terão sua vigência de 1º de novembro de 2013 a 31 de outubro de 2014, sendo que a homologação das novas tarifas foi realizada por meio da Resolução homologatória nº 1.649, de 29 de outubro de 2013.

A ANEEL, ainda, por meio do despacho nº 3.150, de 16 de setembro de 2013 e nota técnica nº. 470/2013 – SER/ANEEL de 23/10/2013, respectivamente, declarou o valor total da Base de Remuneração – BRR para fins do 3º Ciclo de Revisão Tarifária para a Companhia da Distribuição. Vale ressaltar também que a Companhia recebeu o Termo de Notificação da ANEEL nº 0079/2013 – SFF, o qual se encontra discriminado a BRR da geração e transmissão, conforme demonstrado no quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	Valor do Despacho nº 3.150/13 - Distribuição	Termo de Notificação nº 079/13 - Geração
Base de Remuneração Bruta	1.356.197	849.350
Base de Remuneração Líquida	757.415	718.462
Taxa de depreciação	3,31%	3,17%

A administração da Companhia finalizou processo de análise e conciliação dos valores determinados pela ANEEL e de avaliação dos impactos em suas demonstrações financeiras conforme descrito a seguir.

Para os ativos vinculados à concessão (ativos financeiros e intangíveis), a Companhia avaliou o valor de recuperação desses ativos comparando-os como valor da BRR líquida, definida pela ANEEL como citado acima, atualizada para 31 de dezembro de 2013 pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, bem como foram adicionadas e/ou deduzidas às movimentações ocorridas no período de junho a dezembro de 2013.

O valor calculado pelo agente regulador ficou abaixo do valor contábil e, portanto, a Companhia optou por proceder ao ajuste em se tratando de não recuperabilidade do valor dos ativos, conforme demonstrado a seguir:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

DESCRIÇÃO	31.12.2013
BRR líquida - 23/10/2013	<u>1.475.877</u>
Atualização pelo IGP-M	12.671
Depreciação regulatória recebida na tarifa (*)	(57.627)
Adições (baixas) líquidas no período	(15.753)
BRR líquida ajustada em 31/12/2013	<u>1.415.168</u>
Bifurcação entre ativo financeiro e intangível	
Ativo financeiro (nota 11)	1.344.411
Ativo intangível	70.757
Total dos ativos vinculados à concessão	<u>1.415.168</u>


* Nota técnica no. 470/2013 - SER/ANEEL de 23/10/2013

NOTA 42 – EVENTOS SUBSEQUENTES

- a) Contrato de Confissão de Dívida, com parcelamento, junto à Petrobras Distribuidora S.A.

A Diretoria Executiva da Amazonas Distribuidora de Energia S.A. resolveu aprovar e submeter à deliberação do Conselho de Administração, e posteriormente encaminhar à Eletrobras, a assinatura do Contrato de Confissão de Dívida (CCD), com parcelamento, junto à Petrobras Distribuidora S.A., no valor de R\$ 1.112.806, com data base de correção em 31/12/2013, a ser pago em 85 parcelas mensais e sucessivas, de R\$ 13.092, corrigidos pela Taxa SELIC, na data de pagamento de cada parcela.

Manaus – AM, 31 de dezembro de 2013.


LUÍS HIROSHI SAKAMOTO
Diretor-Presidente, interino


RONALDO FERREIRA BRAGA
Diretor Financeiro


MARIA PEDRINHA DE BARROS
Diretora de Gestão, interina



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

LUIZ ARMANDO CRESTANA
Diretor Comercial

TARCÍSIO ESTEFANO ROSA
Diretor de Geração, Transmissão e
Operação para a Capital

**MARCOS VINÍCIUS DE ALMEIDA
NOGUEIRA**
Diretor de Planejamento e Expansão

RADYR GOMES DE OLIVEIRA
Diretor de Geração e Operação
para o Interior

MARIA SUELY DA SILVA OLIVEIRA
Contadora + CRC - AM 009492/O-2